



Um Projeto da Aliança dos Direitos de Propriedade (Property Rights Alliance - PRA)

Índice Internacional de Direitos de Propriedade (IIDP) – Relatório 2010

**Pesquisa conduzida por Victoria Strokova, do Programa de Bolsas
2009 Hernando de Soto**

Contribuições: Barun S. Mitra, Deborah Espinosa and Renée Giovarelli, Leon Louw, Joseph Quesnel, Andrea Rondón García, Luis Alfonso Herrera Orellana, and Tomás A. Arias Castillo, Carlos Ignacio Gutiérrez and Alberto Saracho, Tim Wilson e Waldemar Ingdahl

**Lançamento no Brasil pelo Instituto Liberdade, durante o XXIII
Fórum da Liberdade – 13 de Abril de 2010, em Porto Alegre.**



Apoio:



Direitos Autorais © 2010 pela Americans for Tax Reform Foundation/Property Rights Alliance (PRA).

Edição original em inglês impresso nos Estados Unidos por :

Americans for Tax Reform Foundation/Property Rights Alliance
722 12th Street NW, Suite 400
Washington, D.C., 20005, EUA
Fone: (202) 785-0266
Fax: (202) 785-0261
Website: www.atr.org e www.propertyrightsalliance.org

Para maiores informações em inglês, entre em contato com a Diretora Executiva da PRA, Kelsey Zahourek, email: kzahourek@propertyrightsalliance.org

De Autoria: Victoria Strokova

Editado por: Ryan Balis

Criação: Instinct Design LLC, Fairfax, VA

A Fundação Americans for Tax Reform (ATRF) executa pesquisa e análise com o objetivo de educar os que pagam impostos, quanto às verdadeiras causas e efeitos de assuntos em legislação e regulamentação. Os esforços da ATRF municiam debates, conversas e enfatizam a importância da reforma fiscal e o controle de gastos públicos. A Americans for Tax Reform (ATR), é uma organização sem fins lucrativos, registrada no 501(c)4 e que usa esta pesquisa e análise para acompanhar iniciativas além do modelo tradicional de aumento fiscal. Além do Índice Internacional de Direitos de Propriedade, a ATRF também produz e publica o Relatório sobre Custos Governamentais (*Cost of Government Day® Report*) e o Índice de Liberdade Trabalhista (*Index of Worker Freedom.*)

A PRA é uma afiliada da Fundação Americans for Tax Reform e permanece como uma organização em defesa da proteção física e intelectual dos direitos de propriedade, tanto em nível doméstico como internacional.

Este índice encontra-se disponível, em inglês, para cópia digital dos dados no website: www.internationalpropertyrightsindex.com

Em português, a cópia digital se encontra no Portal do Instituto Liberdade a partir de 15/04/10: www.il-rs.org.br

Carta de Abertura por Hernando de Soto



Em 2007, a Aliança dos Direitos de Propriedade (Property Rights Alliance-PRA) introduziu pela primeira vez o Índice de Direitos de Propriedade (IIDP), criado pelo Programa de Bolsas Hernando de Soto. O IIDP permanece como o mais abrangente esforço na criação de um medidor internacional de direitos de propriedade em todo o mundo. A edição de 2007 classificou e catalogou a proteção física e intelectual dos direitos de propriedade em 70 países. Agora em sua quarta edição, o Índice de 2010 aumentou e incluiu 125 países em sua análise.

A cada ano torna-se mais aparente que o bem-estar econômico está intrinsecamente ligado à proteção legal dos direitos de propriedade. O IIDP 2010 novamente demonstra a forte correlação entre os países que gozam de maior prosperidade econômica e aqueles países que apresentam firmes sistemas de direitos de propriedade. A quarta edição do IIDP revela sinais encorajadores de melhorias em alguns países ao mesmo tempo que chama a atenção para tendências perturbadoras em outros. Como resultado da coleta de dados por 4 anos, podemos agora ver um quadro mais nítido do estado dos direitos de propriedade em cada país classificado.

Enquanto que a importância dos direitos de propriedade para a saúde da economia é entendida com maior profundidade do que anteriormente, existe um espaço considerável para melhorias. Em geral, o mundo em desenvolvimento sofre de uma pobre proteção física e intelectual dos direitos de propriedade, e é essencial aumentar estas proteções para todas as pessoas, em especial aqueles que se encontram em circunstâncias econômicas difíceis. O IIDP continua em seu esforço de educar políticos, assim como economistas, empreendedores e formuladores de políticas públicas sobre a importância de desenvolver e proteger os direitos de propriedade ao redor do mundo.

A produção do IIDP requer a coleta e a interpretação do grande volume de informações. Esta tarefa toda é ainda mais difícil em países acossados pela atividade informal do mercado – estes mesmos países que precisam de maior proteção de seus direitos. Eu parabensizo a bolsista do Programa De Soto, Victoria Strokova, pelo seu incansável trabalho de desenvolvimento, pesquisa e produção desta edição 2010 do Índice Internacional de Direitos de Propriedade.

Saudações,



Hernando de Soto
Presidente do Instituto para Liberdade e Democracia (ILD), Lima, Peru

Carta da Diretora Executiva da Aliança de Direitos de Propriedade – (Property Rights Alliance-PRA)

Como já foi colocado em diversas vezes, a importância dos direitos individuais é imensurável. Em uma época onde a excessiva regulamentação governamental no setor privado infringe ainda mais o direito à propriedade privada, é importante trazer à tona este assunto, e tornar público as repercussões que estas regulamentações têm sobre a liberdade pessoal.

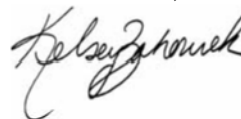
A Aliança de Direitos de Propriedade, junto com seus parceiros globais, apresentam com orgulho a quarta edição do Índice Internacional de Direitos de Propriedade (IIDP). A proposta do IIDP é de medir o nível dos direitos de propriedade em países ao redor do mundo e de destacar a importância dos direitos de propriedade em garantir o bem-estar econômico destes países. Agora, mais do que nunca, este assunto sobre direitos de propriedade precisa ser enfatizado para garantir que os formuladores de políticas públicas possam tomar decisões no sentido de proteger ainda mais os direitos de propriedade, tanto material como intelectual. Assim procedendo, fica garantido o sucesso econômico. O bem-estar econômico e os direitos de propriedade estão positivamente correlacionados. Esta correlação se deve ao fato de que a inovação e os investimentos crescem a medida que a cidadania é assegurada na proteção de sua propriedade. Em países onde existem baixos níveis de direitos de propriedade, muitos inovadores migram para países desenvolvidos que possuem um amplo setor privado. Esta migração desencoraja o crescimento econômico em seus países nativos. É importante que os legisladores comecem a entender a imutável conexão entre crescimento econômico e os direitos de propriedade, para garantir uma economia mais saudável no futuro.

Como muitas pessoas ao redor do mundo continuam a ter seus direitos de propriedade negados, à sombra da crise global da economia, esperamos que este relatório seja uma ferramenta útil para os formuladores de políticas públicas, think tanks, acadêmicos e investidores, destacando a importância dos direitos de propriedade como a chave constituinte do crescimento econômico.

Gostaríamos de agradecer aos parceiros e colaboradores pelo seu esforço em apoiar o desenvolvimento do IIDP 2010. Gostaríamos também de agradecer à autora do índice este ano, Victoria Strokova, por seu tempo e dedicação ao criar uma ferramenta notável, reivindicada pelos defensores dos direitos de propriedade em todo o mundo, e que será usada por anos vindouros.

E finalmente, um agradecimento especial ao Hernando de Soto por ceder seu nome e apoio ao Programa de Bolsas Hernando de Soto. Seu comprometimento e visão na área de direitos de propriedade tornou este trabalho possível.

Atenciosamente,



Kelsey Zahourek

Diretora Executiva da Aliança de Direitos de Propriedade
Washington, DC, EUA

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer ao Hernando de Soto (ILD) por seu trabalho exemplar na área de direitos de propriedade, trazendo uma mensagem de esperança aos pobres do mundo, e que nos dá coragem e inspiração. Somos gratos também por ele permitir que a Aliança dos Direitos de Propriedade (Property Rights Alliance-PRA) utilize seu nome para o programa de bolsas, e estamos ansiosos em continuar nosso trabalho com ele e o Instituto para a Liberdade e Democracia (ILD) no futuro.

Nós também estamos agradecidos pelo contínuo suporte intelectual e financeiro de Grover Norquist e da Fundação Americans for Tax Reform, que permitiram que a Aliança dos Direitos de Propriedade continue oferecendo o Programa de Bolsas Hernando de Soto. Adicionamos um especial agradecimento ao pessoal do Americans for Tax Reform (ATR) pelo seu apoio administrativo e de pesquisa, que permitiram tornar possível este projeto.

Agradecimentos especiais à Alexandra C. Horst (Bolsista Hernando de Soto em 2006), ao Satya Thallam (Bolsista Hernando de Soto em 2007) e à Anne C. Dedigama (Bolsista Hernando de Soto em 2008) pelo incentivo e apoio, e ao Scott LaGanga, que conceptualizou o programa e seu estímulo contínuo foi instrumental.

Estendemos nossos agradecimentos à Sam Leverenz pelo seu excelente trabalho como assistente de pesquisa. Seus esforços tornaram possível incluir os perfis individuais dos países no Índice de 2010. Gostaríamos também de agradecer Rachel Sessa, Ellen Dargie e Joseph E. Moser pelos seus apoios em diversos aspectos deste projeto. Outros agradecimento ao Ryan Balis por sua meticulosa edição desta publicação.

O IIDP 2010 foi beneficiado pelos trabalhos extraordinários dos seguintes colaboradores: Barun S. Mitra (Liberty Institute); Leon Louw (The Free Market Foundation); Joseph Quesnel (Frontier Centre for Public Policy); Andrea Rondón García, Luis Alfonso Herrera Orellana e Tomás A. Arias Castillo (CEDICE); Carlos Ignacio Gutiérrez e Alberto Saracho (Fundación IDEA); Tim Wilson (Institute of Public Affairs); Waldemar Ingdahl (Eudoxa); Deborah Espinosa e Renée Giovarelli (Rural Development Institute). Somos gratos por seu valioso tempo dedicado ao preparo dos ensaios e que contribuíram para enriquecer os temas contidos no IIDP 2010.

Gostaríamos de expressar nossos agradecimentos para os seguintes indivíduos e organizações: Rodger Correa (Business Software Alliance); Steven J. Metalitz (International Intellectual Property Alliance); Taylor Reynolds e Valentine Millot (OECD); Christopher Garroway e Estelle Loiseau (OECD Development Centre); Jeffrey P. Hardy (BASCAP, International Chamber of Commerce); J. David Stanfield (Terra Institute); Steven M. Kupka (Husch Blackwell Sanders LLP); Peter Rabley and Frank Pichel (International Land Systems); Allegra Hewell e Cindy Cerquitella (Atlas Economic Research Foundation).

Outros agradecimentos para Walter G. Park (American University) cujo apoio foi indispensável para a inclusão de dois novos países no IIDP 2010. Agradecimentos também para Svetlana Munteanu (AGEPI) e todos os advogados em propriedade intelectual da Moldova que dedicaram seu tempo em fornecer seu conhecimento sobre direitos em patentes de seus países.

Nós apreciamos o apoio contínuo e o comprometimento das organizações parceiras e damos as boas-vindas aos nossos novos parceiros neste projeto IIDP 2010. E nossos sinceros agradecimentos para os que não estão listados acima, pois os apoios foram todos apreciados.

Victoria Strokova, Bolsista Hernando de Soto 2009, Property Rights Alliance

Kelsey Zahourek, Diretor Executivo, Aliança de Direitos de Propriedade

Sobre a Autora

A Srta. Victoria Strokova recebeu o título de Mestre em Política Pública, com honras, da School of Public Policy Studies da University of Chicago. Durante seus estudos ela trabalhou com a Enterprise Initiative, um programa de pesquisa que apoia métodos rigorosos para examinar o complexo processo de criação de riqueza e o papel da empresa para a redução da pobreza. Outras atividades de pesquisa incluem o estudo da relação entre a lei da competição, a liberalização do comércio e o impacto da regionalização em livre comércio. Sua tese de mestrado explorou desenvolvimento recentes no mercado imobiliário nos Estados Unidos.

Além das amplas experiências em pesquisa, a Srta. Strokova trabalhou com organizações de base com objetivo de aumentar as proteções dos direitos de propriedade e lutando contra o eminente abuso de domínio. Em 2006, ela foi selecionada para um altamente competitivo programa do Charles G. Koch Summer Fellowship, durante o qual ela aumentou seu conhecimento sobre a importância dos direitos de propriedade para a liberdade e prosperidade. Ela tem um aguçado interesse em continuar no estudo de direitos de propriedade em seu país nativo, a Rússia assim como no resto do mundo.

Sobre os Colaboradores

Tomás A. Arias Castillo

O Sr. Tomás A. Arias Castillo é Professor em Direito da Universidad Metropolitana desde 2004. Ele é doutorando em direito na Universidad Carlos III de Madrid. Sua pesquisa é no campo da descrição administrativa e judicial, argumentação legal e o impacto das políticas econômicas *vis-à-vis* estado de direito e o sistema democrático. Anteriormente ele lecionava na Universidad Católica Andrés Bello (2005-2006) e atualmente ele é membro do Comitê Acadêmico do CEDICE. O Sr. Castillo tem o título de JD da Universidad Central de Venezuela e LL.M. da Universidad Carlos III de Madrid.

Deborah Espinosa

A Srta. Deborah Espinosa é advogada que faz parte do Rural Development Institute (RDI). Antes de entrar para o RDI, ela trabalhou por 5 anos em litigação ambiental e disputas em recursos naturais em favor de clientes públicos e privados. No RDI, ela atualmente está voltada para o trabalho na África. A Srta. Espinosa é especialista em direito e política agrários com expertise em política de posse da terra, reforma legal e regulatória, conflitos relacionados à terra e resolução de disputa, planejamento do uso da terra, titularidade e registro, administração de terras públicas, direitos das mulheres à terra.

Andrea Rondón García

A Sra. Rondón García é atualmente doutoranda em direito na Universidad Central de Venezuela e leciona direito na Universidad Católica Andrés Bello. Seu trabalho de pesquisa está focado no estudo dos efeitos da propriedade privada para o fortalecimento da democracia e o estado de direito. Ela lecionou na Universidad Metropolitana. A Sra. Rondón García é membro do Comitê Acadêmico do CEDICE e possui título de JD da Universidad Central de Venezuela

Renée Giovarelli

A Srta. Renée Giovarelli é Diretora do Global Center for Women's Land Rights at the Rural Development Institute, em Seattle, e tem mais de 13 anos de experiência na área legal de posse de terra e direitos de propriedade. Ela criou e conduziu trabalho sobre mulheres e o acesso e direitos à terra na República do Quirguistão, Uzbequistão, Tajiquistão, Azerbaijão, Bulgária, Rússia, Índia, China, Uganda, Gana, Madagascar, Burkina Faso e Etiópia. Anteriormente, ela foi líder de time de um estudo de um ano avaliando o impacto do Banco Mundial sobre projetos agrários para mulheres em quatro regiões chaves geográficas. Ela também criou intervenções para garantir que as mulheres sejam incluídas em governança e implementação de projetos para USAID, MCC, e Banco Mundial. Ela tem o título de JD da Seattle University e título de LL.M. em desenvolvimento sustentável internacional da University of Washington.

Carlos Ignacio Gutierrez

O Sr. Carlos Ignacio Gutiérrez trabalhou em diversas organizações multilaterais e não-governamentais mantendo um interesse em serviço público. Na Fundación IDEA ele ficou envolvido no departamento de Desenvolvimento Econômico. Seu último trabalho foi no Central American Bank for Economic Integration (CABEI) envolvido com os governos da Colômbia e México onde ele analisou projetos financiados pela instituição para o desenvolvimento da região. Ele obteve seu título de Bacharel em Administração de Empresas com especialização em Ciência Política e Finanças da University of Notre Dame.

Luis Alfonso Herrera

O Sr. Luis Alfonso Herrera atualmente Professor em Direito da Universidad Católica Andrés Bello e da Universidad Central de Venezuela. Seu trabalho de pesquisas é no campo de filosofia liberal onde a propriedade privada é o elemento chave para o exercício da liberdade individual e o estabelecimento

do estado de direito. Ele é membro do Comitê Acadêmico do CEDICE's e recebeu seu título de JD da Universidad Central de Venezuela.

Waldemar Ingdahl

O Sr. Waldemar Ingdahl é Diretor do Eudoxa. Ele estudou administração e negócios na Stockholm School of Economics, idiomas italiano e japonês, e ciência da mídia na University of Stockholm. Seu foco principal é em economia, cultura, mídia e sociedade, e ele está comprometido com a mudança e a sociedade aberta. Os artigos do Sr. Ingdahl aparecem em uma ampla variedade de jornais incluindo: *Financial Times*, *Wall Street Journal Europe*, *EU Reporter*, *European Voice*, *La Presse* (Montreal), *L'Indipendente* (Roma), *Svenska Dagbladet* (Stockholm), *Dagens Industri* (Stockholm), e *TCS Daily* (Bruxelas).

Leon Louw

O Sr. Leon Louw é Diretor Executivo da Free Market Foundation desde 1978 e teve um significativo impacto na política da África do Sul desde que entrou na fundação. Ele é bem conhecido como conferencista público e é co-autor do livro *SA: The Solution and Let the People Govern*.

Barun S. Mitra

O Sr. Barun S. Mitra é crítico em assuntos atuais de uma variedade de temas desde desenvolvimento econômico até qualidade ambiental. Ele é o fundador e diretor do Liberty Institute, uma organização independente e sem fins lucrativos voltada para a pesquisa em políticas públicas, sediada em Nova Délhi, e dedicada em direcionar o poder do mercado para a melhoria da liberdade individual em economia e política. O Sr. Mitra recebeu o Prêmio Julian L. Simon Award em 2005 por sua contribuição à política ambiental do Competitive Enterprise Institute.

Alberto Saracho Martinez

O Sr. Alberto Saracho é o Diretor Executivo da Fundación IDEA e atualmente seu Presidente. Anteriormente ele trabalhou como pesquisador no Projeto México da Harvard University. Também trabalhou no relatório *Going Local: Decentralization, Democratization, and the Promise of Good Governance*. Na Fundación IDEA, o Sr. Saracho trabalhou no setor privado de política de desenvolvimento. Também trabalhou em projetos para OECD, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a USAID. Seu trabalho inclui estudos e relatórios sobre economia informal, inovação e propriedade intelectual. O Sr. Saracho possui o título de Mestre em Política Pública da Harvard Kennedy School e o título de BA em Ciência Política e Administração Pública da Universidade Iberoamericana do México.

Joseph Quesnel

O Sr. Joseph Quesnel é analista político do Frontier Centre for Public Policy. Sua carreira em jornalismo inclui diversos periódicos e jornais comunitários do Northern Ontario e completou estágios no CFRA 580 AM e no Cable Public Affairs Channel. Por dois anos ele fez cobertura dos comitês do Legislativo e do Senado. Atualmente ele escreve uma coluna semanal no *Winnipeg Sun* e contribui

para o *Taxpayer*, a bandeira que publica para a Canadian Taxpayers Federation. O Sr. Quesnel se formou na McGill University, tem título de BA em Ciência Política e História e título de Mestre em Jornalismo da Carleton University em Ottawa.

Tim Wilson

O Sr. Tim Wilson é Diretor da Unidade de Clima e Comércio do Institute of Public Affairs. Anteriormente ele trabalhou como consultor em Comércio e Comunicação Sênior do ITS Global and SDA Strategic e como Gerente de Projeto para o Australian APEC Study Centre. Ele estudou Propriedade Intelectual na Academia da OMPI, assim como Diplomacia em Saúde Global, Comércio Internacional e Desenvolvimento no Institut de Hautes Études Internationales et du Développement. Tim é membro do Grupo Consultivo da Indústria em Propriedade Intelectual do DFAT. Ele possui Mestrado em Diplomacia e Comércio e é Bacharel em Artes da Monash University. Em 2009, ele foi reconhecido pelo *Australian* como um dos 10 líderes emergentes da sociedade australiana.

Premissa do Programa de Bolsas Hernando de Soto

O Índice Internacional de Direitos de Propriedade (IIDP) se deve aos esforços da Aliança dos Direitos de Propriedade (PRA em inglês), sediada em Washington-DC (EUA), dedicada à proteção dos direitos de propriedade material e intelectual, em comunidades domésticas e internacionais. A PRA é uma afiliada da organização defensora do contribuinte, Americans for Tax Reform (ATR).

Apesar de uma crescente acessibilidade de dados e pesquisa internacionais na arena dos direitos de propriedade, os índices existentes e os estudos tradicionalmente focam um aspecto ou outro dos direitos de propriedade. Em adição, a maioria dos índices globais se dedicam a áreas de maior espectro do que um debate sobre direitos de propriedade privada em si, embora deva ser observado que o Índice de Liberdade Econômica da Fundação Heritage/Wall Street Journal e o Relatório de Liberdade Econômica Mundial do Instituto Fraser são realmente dedicados em direitos de propriedade dentro do contexto na montagem de um perfil de cada país. Para superar uma consequente falta de definição abrangente sobre um indicador em direitos de propriedade, a PRA introduziu o Programa de Bolsas Hernando de Soto em 2006, com o objetivo principal de oferecer bolsas anualmente para desenvolver dados e aperfeiçoar conceitos, viabilizando a publicação anual do IIDP, apresentado aqui em sua quarta edição.

Sobre o Índice Internacional de Direitos de Propriedade (IIDP) 2010

Este relatório apresenta a quarta edição do Índice Internacional de Direitos de Propriedade (IIDP).

O IIDP é um estudo anual que compara países em termos de proteção dos direitos de propriedade – tanto física como intelectual. Como nas edições anteriores, o relatório de 2010 procura investigar os

efeitos de um forte ambiente legal e político de um país, o reconhecimento e a aplicação da lei na garantia dos direitos de propriedade material e intelectual no desenvolvimento econômico de um país. Este ano o relatório compara 125 economias usando três variáveis como componentes principais e os classifica de acordo.

Devido à expansão de algumas fontes de dados e aos esforços dos autores em coletar dados faltantes, o índice deste ano adicionou os seguintes dez países: Geórgia, Gana, Costa do Marfim, República do Quirguistão, Líbia, Omã, Porto Rico, Arábia Saudita, Senegal e Síria. Estes países são diversos tanto geograficamente como economicamente e contribuíram significativamente para a abrangência do índice. A adição destes países, no entanto, em alguns aspectos dificultam a comparação direta da classificação do IIDP deste relatório com o do ano passado. O leitor fica ciente de que algumas mudanças nas posições relativas dos países podem refletir na mudança da amostragem de países em vez de mudanças significativas dentro do sistema de direitos de propriedade interno de cada país. Para permitir o acesso às mudanças na performance dos países, os autores introduzem novas tabelas mostrando as mudanças em escores absolutos para o IIDP e seus componentes. (Tabelas 5-8).

Desde a sua publicação inaugural em 2007, os autores concentraram-se na identificação das fontes dos dados que melhor representam a força de um regime de propriedade de uma nação, enquanto permanecem com a necessidade de consistência do índice. O índice de 2010 usa bastante estes mesmos componentes e fontes de dados do índice de edições anteriores aplicando a mesma combinação de peso. Adicionalmente, uma análise ampla dos dados dos anos anteriores foi feita para identificar qualquer problema que pudesse dificultar a comparação dos escores através dos anos. Em particular, onde era possível, os escores dos anos anteriores foram recalculados para levar em conta as mudanças de dados subsequentes ou a metodologia.

Ao apresentar estas mudanças, os autores garantiram que os rankings recalculados não foram tão diferentes quanto aos rankings originais. Os ajustes tiveram poucos efeitos e permitiram ajustes mais precisos da performance de um país. Utilizando estes novos dados, o relatório deste ano apresenta uma nova seção mostrando o perfil de cada país coberto pelo índice. Os perfis dos países fornecem a progressão histórica dos escores do IIDP e seus componentes, mostram qualquer avanço ou regressão e ainda os pontos fortes e fracos em direitos de propriedade dos países. Trata-se da substituição da seção em edições anteriores do IIDP dedicada ao casos especiais por países.

O componente igualdade em gênero representa uma mudança significativa no IIDP do ano passado. Por causa da falta de dados atualizados, a amostra dos países cobertos tem sido restrita para países que não fazem parte do OCDE. O número total de países classificados com este componente é de 80 este ano, o que representa uma pequena redução em relação ao ano passado. Os autores acreditam que este problema de igualdade em gênero é especialmente relevante ao desenvolvimento dos países onde existem grandes disparidades em direitos à terra e onde grandes melhorias nestes direitos precisam ser feitas. Portanto, o foco neste componente em países que não pertencem à OCDE é apropriado.

Além de fornecer uma medida quantitativa da proteção dos direitos de propriedade, o relatório destaca vários aspectos dos direitos de propriedade através de estudos de casos. Este ano, os autores colaboraram com as organizações parceiras para identificar problemas que precisam de maior elaboração no índice. Os estudos de casos (na versão original em inglês) apresentam uma oportunidade de chamar atenção para os aspectos em direitos de propriedade que mesmo o índice mais abrangente

não teria conseguido acessar. Eles também destacam os desenvolvimentos dos direitos de propriedade em diversas regiões do mundo com o objetivo clarificar e compelir evidências para um papel mais positivo no desenvolvimento econômico. O relatório de 2010 contém seis estudos de casos em direitos de propriedade material e intelectual assim como um estudo de caso sobre igualdade em gênero e direitos de propriedade.

O IIDP 2010 baseou-se nas edições anteriores para fornecer uma medida em direitos de propriedade mais completa. Apesar das melhorias significativas através dos anos, existem limitações de dados e desafios como a coleta e a interpretação. Estamos confiantes de que as futuras edições deste relatório vão dirimir progressivamente estes problemas.

Parceiros

Nós gostaríamos de dar nossos sinceros agradecimentos às organizações parceiras pelo seu comprometimento e dedicação em informar e promover os direitos de propriedade em seus respectivos países ao redor do mundo. Agradecemos também nossos parceiros em nos fornecer feedback e ideias que nos permitiram identificar áreas a serem aperfeiçoadas e tornar este índice uma ferramenta ainda mais útil para o avanço dos direitos de propriedade.

Este ano, nosso parceiros foram as seguintes organizações:

Adriatic Institute for Public Policy (AI) – Croácia

www.adriaticinstitute.org

O Adriatic Institute é um think tank pro-mercado independente, fundado em 2004, em Rijeka, Croácia. AI se dedica ao avanço da liberdade econômica e defende as reformas de livre mercado na Croácia e sudeste europeu. AI promove o pensamento inovador, as soluções pro-crescimento que foram implantadas com sucesso no leste europeu em países pós-comunistas. Com seus acadêmicos e pesquisadores comprometidos, a entidade tem se dedicado à pesquisa, conferências e eventos estratégicos que estimulam a competição de ideias.

Albanian Socio Economic Think Tank (ASET) – Albânia

www.aset-al.org

O Albanian Socio Economic Think Tank é uma organização sem fins lucrativos estabelecida em 1999. Seu objetivo é de promover o desenvolvimento econômico e bem-estar social. ASET já desenvolveu mais de 30 projetos em cooperação com diferentes organizações nacionais e internacionais tais como o governo da Albânia, vários ministérios federais, Banco Mundial, Fundação SOROS, Embaixada Norte-Americana, IFAD, GTZ, SEED, e GDN entre outros.

Alternate Solutions Institute – Paquistão

www.asinstitute.org

O Alternate Solutions Institute é o primeiro think tank pro-mercado no Paquistão. Ele é uma entidade independente, sem fins lucrativos, não-governamental de pesquisa educacional, estabelecida para promover o bem-estar do povo para o povo, baseado na ajuda mútua e livre cooperação. A filosofia que influencia o instituto é baseada nos valores de governo limitado, Estado de Direito, proteção dos direitos de propriedade, economia de mercado, liberdade individual e iniciativa privada.

Asociación de Consumidores Libres – Costa Rica**www.consumidoreslibres.org**

A Asociación de Consumidores Libres é uma associação sem fins lucrativos, criada para defender os direitos dos consumidores para a livre escolha. Seus objetivo é de defender todos os direitos do consumidor contra o estado, os produtores e os fabricantes. A Asociación de Consumidores Libres defende o direito ao comércio, que inclui o direito de comprar produtos e serviços de qualquer licitante, independente de raça, religião, nacionalidade e outra característica.

Austrian Economics Center (AEC) – Áustria

O AEC promove ideias da Escola de Economia Austríaca. Seu principal objetivo é de ajudar a criar uma sociedade livre e responsável. O centro trata questões sobre economia e política social, oferecendo estudos e soluções em base científica. Outro objetivo é de melhorar o entendimento do público sobre questões econômicas necessárias à promoção de uma sociedade livre.

Bishkek Business Club – República do Quirguistão**www.bdk.kg**

O Bishkek Business Club é uma associação pública fundada como uma organização sem fins lucrativos. O instituto procura melhorar sobremaneira o ambiente empresarial na República do Quirguistão e tenta transformar o país no maior centro dinâmico de negócios. O Clube procura ajudar os cidadãos a acessar mais informações sociais, tecnológicas e sistemas mundiais econômicos. Ele empenha em tornar-se uma organização confiável que terá um impacto nas soluções estratégicas regionais.

Cathay Institute for Public Affairs – China**www.jiuding.org**

O Cathay Institute é uma organização de livre mercado na China, que conduz pesquisa sobre questões de livre empresa no país e ao redor do mundo.

Center for the Dissemination of Economic Knowledge for Freedom (CEDICE) – Venezuela
www.cedice.org.ve

Fundado em 1984, o CEDICE é uma associação privada apartidária e sem fins lucrativos. Dedicar-se à disseminação, pesquisa, educação e promoção de ideias de livre mercado, liberdade individual e governo limitado. O CEDICE promove a iniciativa privada, democracia, direitos de propriedade e conduz atividades que proporcionem um melhor entendimento do sistema de livre mercado e de sociedades livres e responsáveis.

Center for Entrepreneurship and Economic Development (CEED) – Montenegro

O Center for Entrepreneurship and Economic Development foi fundado em 1993 para apoiar o empreendedorismo e o desenvolvimento econômico. Ele entende a importância da aplicação de conceitos internacionais de desenvolvimento de negócio testados para o ambiente local. As atividades do centro incluem treinamento e facilitação de novos negócios, consultoria empresarial e criação de recomendações em análise política.

Center for Free Enterprise (CFE) – Coreia do Sul

www.cfe.org

Estabelecido em 1997, o Center for Free Enterprise divulga a pesquisa, educação e publicações sobre o liberalismo clássico e os princípios de mercado por toda a Coreia. O CFE também se tornou um meio dos economistas pro-mercado informarem à população da Coreia sobre seus princípios e pesquisas.

Center for Institutional Analysis and Development (CADI) – Romênia

www.cadi.ro

O Center for Institutional Analysis and Development é um centro de pesquisa, divulgação e consultoria na promoção de intuições que defendem as liberdades econômicas e cívicas. O CADI se transformou numa entidade guarda-chuva para libertários, liberais clássicos, neoconservadores e outros ramos de centro-direita. As atividades do CADI vão desde debates públicos e seminários à publicações em apoio às políticas públicas.

Center for Liberal-Democratic Studies (CLDS) – Sérvia

www.clds.org.rs

O CLDS é um think tank independente que estuda políticas públicas, publica propostas e organiza seminários sobre assuntos em políticas públicas como parte de sua missão de influenciar o discurso público e assuntos na Sérvia.

Center for Mozambican and International Studies (CEMO) – Moçambique

O CEMO é uma nova associação sem fins lucrativos que promove análises em profundidade e discussão sobre estratégias em políticas públicas e áreas de governança e desenvolvimento. Ele procura avançar na partilha de conhecimento em áreas da ciência e tecnologia, política, economia, cultura e sociedade. Sua missão é de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico de Moçambique e de produzir pensamento inovador para nossa sociedade através de pesquisa, debates e análises em políticas públicas.

Center of Research for Development (CIDAC) – México

www.cidac.org

O CIDAC é um think tank sem fins lucrativos que realiza pesquisa e propõe opções políticas viáveis para o desenvolvimento econômico e democrático do México. A organização procura promover o debate plural e aberto na busca do Estado de Direito e democracia, economia de mercado, desenvolvimento social, e reforço das relações entre os EUA e o México. O CIDAC oferece os resultados de seu trabalho para o público em geral para o enriquecimento do debate público e contribuindo para decisões relevantes no país.

Le Centre Des Affaires Humaines (CEDAH) – Burkina Faso

www.cedahburkina.com

O CEDAH é um think tank pro-mercado de pesquisa em política pública e educação, fundado em 2007, em Burkina Faso. O CEDAH é uma organização independente e sem fins lucrativos, apartidária. A missão do CEDAH é de propor soluções inovadoras e originais em políticas públicas eficientes. Ele estuda como os mercados funcionam com o objetivo de identificar mecanismo e instituições que promovam a prosperidade e o bem-estar a longo prazo para todos os indivíduos que fazem parte da nossa sociedade.

Centre for Civil Society – Índia**www.ccs.in**

O Centre for Civil Society é uma organização independente, sem fins lucrativos, de pesquisa educacional dedicada ao melhoramento da qualidade de vida de todos os cidadãos da Índia, através de uma sociedade civil revigorada.

Centre for Policy Research (CPR) – Índia**www.cprindia.org**

O CPR é um instituto independente e apolítico, think tank e um dos 27 institutos nacionais em pesquisa da ciência social reconhecido pelo Indian Council of Social Science Research (ICSSR) do governo indiano. Seus objetivos principais são de fornecer soluções criativas em liderança para solucionar questões sobre políticas públicas e intelectuais. O CPR é reconhecido pela sua perspectiva multidisciplinar e uma mescla de bolsas de estudo e práticas profissionais.

Centro de Investigaciones de Instituciones y Mercados de Argentina (CIIMA-ESEADE) – Argentina**www.ciima.org.ar**

O CIIMA é o Centro de Pesquisa em Instituições e Mercados na Argentina, think tank em políticas públicas que faz parte da ESEADE Graduate School em Buenos Aires. Sua missão é de avaliar e promover as instituições que permitam que os mercados funcionem propriamente, enfocados nos direitos de propriedade, contratos e liberdade individual.

Civita – Noruega**www.civita.no**

O Civita esforça-se em aumentar o consenso da importância dos princípios da economia de mercado e suas implicações no bem-estar social, liberdade e democracia. O Civita também se dedica em promover a responsabilidade individual e da sociedade civil através da pesquisa e exposição de publicações, seminários, conferências e informações gerais ao público.

Competere – Itália**www.competere.eu**

O Competere é um think tank italiano que promove uma maior liberdade de mercado assim como liberdade individual para criar prosperidade aos indivíduos e suas comunidades. Seu propósito não somente é de divulgar os valores do liberalismo, mas também de desenvolver e implementar a política do liberalismo clássico e contribuir para o melhoramento da economia italiana, através da criação de um mercado mais competitivo e menos presença governamental, uma mão-de-obra mais qualificada e um mercado de trabalho mais flexível. Os projetos da entidade enfocam as urgências e problemas das empresas operando nos mercados italiano e europeu.

EBI Think Tank Institute (EBI) – Mongólia**www.ebi.mn**

O EBI, fundado em 2008, é um think tank apolítico e sem fins lucrativos, baseado em Ulaanbaatar. Sua missão é de descobrir, desenvolver e apoiar os empreendedores intelectuais que possam avançar a visão do instituto de uma sociedade de livre empresa e desenvolvimento democrático. Ele procura alcançar sua missão através da identificação, recrutamento e seleção de pessoas excepcionais na política e no governo, para aumentar o número de líderes em política pública.

Eudoxa – Suécia**www.eudoxa.se**

O Eudoxa é um think tank baseado em Stockholm, Suécia. Seu foco principal é de justificar o impacto cultural de tecnologias emergentes através da integração da pesquisa com as ideias de livre mercado e os pensamentos de experimentação, inovação e descentralização.

European Coalition for Economic Growth (ECEG) – Áustria**www.e-growth.eu**

A ECEG age como um hub europeu de rede e coopera com mais de 100 organizações em política pública. Ela promove as ideias de economia de mercado, da Escola de Economia Austríaca e a escolha pública como alternativas econômicas viáveis para a Áustria e para a Europa, não somente como think tank mas como um instituto acadêmico. Mais ainda, a ECEG responde questões sobre iliteracia pública sobre economia, política social, e oferece estudos científicos e soluções para melhor o entendimento público sobre questões-chaves econômicas envolvendo a promoção de uma sociedade livre.

F.A. Hayek Foundation (FAHF) – Eslováquia**www.hayek.sk**

A FAHF, foi fundada por um grupo liberal de economistas eslovacos e sua principal missão é o estabelecer uma linha de pensamento liberal no país. Desta tradição liberal a fundação procura oferecer propostas práticas de reformas para problemas sociais e econômicos com soluções de mercado. A entidade procura também ampliar e divulgar as ideias do liberalismo clássico para o processo de reforma em todo o país, proporcionando uma plataforma para a troca de opiniões entre especialistas e o público, além de desenvolver os valores e ideias liberais.

F.A. v. Hayek Institute – Áustria**www.hayekinstitut.at**

O F.A. v. Hayek Institute foi fundado em 1993 para celebrar o trabalho do prêmio Nobel Friedrich August von Hayek e promover as ideias da Escola de Economia Austríaca. É uma instituição privada e independente de pesquisa acadêmica. O instituto colabora com outros think tanks da mesma linha de pensamento e organiza conferências acadêmicas, seminários que lidem com temas econômicos atuais.

The Free Market Foundation – África do Sul**www.freemarketfoundation.com**

A Free Market Foundation é uma organização independente e sem fins lucrativos, fundada em 1975, para promover a sociedade aberta, o Estado de Direito, a liberdade individual, a liberdade econômica e de imprensa, como componentes fundamentais dos direitos humanos e da democracia baseada nos princípios do liberalismo clássico.

Friedrich Naumann Foundation – Alemanha**www.freiheit.org**

A Friedrich Naumann Foundation é uma organização independente, sem fins lucrativos e não-governamental, comprometida com a promoção da política liberal e políticos. Sua origem vem da Alemanha e a Fundação promove a liberdade através da dignidade humana como pré-condição básica da sociedade, onde as pessoas podem viver livres e em paz. A Fundação apoia vários projetos em cooperação com organizações parceiras na África e também é ativa em mais de 50 países no mundo.

Frontier Centre for Public Policy – Canadá**www.fcpp.org**

O Frontier Centre for Public Policy é um think tank independente em políticas públicas, baseado no oeste do Canadá. Sua missão é de desenvolver e popularizar as escolhas em políticas públicas que vão ajudar a região da pradaria do Canadá a usar seu amplo mas não descoberto potencial econômico.

Fundación Atlas 1853 – Argentina**www.atlas.org.ar**

A Fundación Atlas 1853 é uma organização apartidária e sem fins lucrativos, estabelecida em 1998. Sua missão é de liderar a mudança em direção à uma sociedade aberta baseada na defesa da liberdade individual, existência de limites institucionais para a ação do governo, economia de mercado, propriedade privada, livre empresa e o Estado de Direito.

Fundación IDEA – México**www.fundacionidea.org.mx**

A Fundación IDEA foi recentemente criada, e é um centro apartidário e sem fins lucrativos, localizado na cidade do México. Sua missão é de conduzir pesquisa independente, análise, e avaliação da política pública no país e em outros países em desenvolvimento. Ela faz recomendações em políticas públicas para a melhoria das políticas e programas que garantam igualdade de oportunidade através do desenvolvimento econômico, educação e redução da pobreza.

Fundación Libertad – Argentina**www.libertad.org.ar**

A Fundación Libertad é uma organização sem fins lucrativos cujo objetivo é de promover as ideias liberais no campo social, através da pesquisa e difusão de políticas públicas relacionadas nas áreas socioeconômicas e de negócios. Ela foi criada em Rosário em 1988 por um grupo de empresários, profissionais e intelectuais e tem o apoio de mais de 200 empresas privadas. Suas atividades incluem cursos, seminários, pesquisas e publicações, além da importante presença na mídia através de suas próprias colunas e programas.

Fundación Libertad – Panamá**www.fundacionlibertad.org.pa**

A Fundación Libertad é uma organização sem fins lucrativos, estabelecida na República do Panamá em 2001. Sua missão é de divulgar e defender os princípios da liberdade individual e de promover uma sociedade livre e cidadãos responsáveis.

IMANI Center for Policy and Education – Gana**www.imanighana.org**

O IMANI, fundado em 2004, é uma organização sem fins lucrativos e não-governamental na África, dedicada à educação da sociedade nos princípios da livre economia, à promoção da conscientização pública em relação à políticas que afetam os negócios, governo e sociedade civil. Através de seminários, publicações e artigos, o IMANI e seus parceiros internacionais procuram promover a investigação esclarecedora baseada em valores sólidos e bolsas de estudo.

The Initiative for Public Policy Analysis (IPPA) – Nigéria

www.ippanigeria.org

A IPPA is a public policy research institute in Nigeria. Founded in 2001, IPPA's focus is on the principles and institutions underlying a free and open society, specifically in Africa and Nigeria. IPPA conducts research and advocacy on public policy issues, including development economics, trade, entrepreneurship, property rights, education, environment, health, and security.

Institut Constant de Rebecque – Suíça

www.institutconstant.ch

O Institut Constant de Rebecque é um think tank independente e sem fins lucrativos na Suíça. Ele promove um ambiente favorável ao crescimento individual, iniciativa privada, e livre empresa através de uma rede de pensadores, pesquisadores, acadêmicos. Para este fim, o instituto desenvolve soluções inovadoras e sustentáveis para os desafios atuais e estende para o debate público.

Institute for Democracy and Economic Affairs (IDEAS) – Malásia

www.ideas.org.my

O IDEAS é o primeiro think tank na Malásia dedicado à promoção de soluções pro-mercado para desafios em políticas públicas. É uma organização independente e sem fins lucrativos. O instituto também trabalha com o espectro político. A proposta é avançar os princípios pro-mercado através de uma rede abrangente de especialistas que comungam os mesmos ideais.

The Institute for Free Enterprise (IUF) – Alemanha

www.iuf-berlin.org

O IUF é um think tank pro-mercado na Alemanha. O instituto trabalha para uma mudança política ao desenvolver conceitos de reformas com especialistas locais e internacionais. Estas ideias são depois repassadas aos formuladores de políticas públicas, desafiando a mentalidade intervencionista.

Institute of Future Studies for Development (IFD) – Tailândia

www.ifd.or.th

O Institute of Future Studies for Development é uma organização acadêmica sem fins lucrativos que visa estimular a visão de longo prazo por um desenvolvimento holístico na sociedade Tailandesa, especialmente na área da economia, recursos humanos e desenvolvimento nacional.

Institute for Market Economics (IME) – Bulgária

www.ime.bg

Estabelecido em 1993, o IME é o primeiro e mais antigo think tank independente em política econômica na Bulgária. Sua missão é elaborar e defender soluções pro-mercado que desafiam os cidadãos do país e da região para enfrentar reformas. O instituto fornece avaliação independente e análise das políticas econômicas governamentais, procura também ser o ponto focal para a troca de visões sobre economia de mercado e assuntos de política pública relevante.

Institute of Public Affairs (IPA) – Austrália

www.ipa.org.au

O IPA é um think tank independente e sem fins lucrativos, dedicado à preservação e reforço das fundações da liberdade econômica e política. Desde 1943, o instituto tem estado à frente do debate político, definindo o cenário político contemporâneo. O IPA apoia as ideias de livre mercado, livre

fluxo de capitais, governo limitado e eficiente, política pública baseada em evidências, Estado de Direito e democracia representativa.

Instituto de Libre Empresa (ILE) – Peru

www.ileperu.org

O ILE foi fundado em 1998, e é um think tank peruano sem fins lucrativos, estabelecido em Lima, e que defende um sistema de livre empresa sob os valores e virtudes do governo limitado, direitos de propriedade privada e mercados livres.

Instituto Liberdade (IL-RS) – Brasil

www.il-rs.org.br

O Instituto Liberdade do Rio Grande do Sul (IL-RS) foi fundado em 1986, e é um think tank brasileiro independente sem fins lucrativos, cuja missão é a promoção da pesquisa, criação e disseminação de bens educacionais e culturais. O instituto alcança seus objetivos ao mostrar as vantagens de uma sociedade organizada para todos os indivíduos, baseada nos princípios dos direitos individuais, livre mercado, governo limitado e representativo, respeito às propriedades privadas e contratos, e iniciativa privada.

International Policy Network (IPN) – Reino Unido

www.policynetwork.net

O trabalho da IPN é guiado na crença de que a livre empresa e seus ideais de apoio (especialmente direitos de propriedade, mercados e Estado de Direito) são capazes aproveitar o potencial humano melhor do que qualquer outro arranjo, e que são a melhor forma de resolver a pobreza e a tragédia enfrentada por muitas pessoas no mundo. A entidade empreende trabalhos em políticas públicas nas áreas de saúde, ambiente, desenvolvimento econômico, comércio, responsabilidade, criatividade e inovação.

International Research Foundation (IRF) – Omã

www.irfoman.org

A International Research Foundation é um think-tank econômico independente e sem fins lucrativos, dedicado ao mundo árabe, focado na pesquisa e agenda de assuntos políticos em nível acadêmico, dependendo do input de seus pesquisadores, diretoria editorial e bolsistas seniores. Sua visão é de promover o crescimento através da liberdade econômica, e sua missão é de medir, pesquisar e divulgar para uma audiência regional e global, o impacto dos mercados competitivos no bem-estar dos indivíduos.

Iraq Institute for Economic Reform (IIER) – Iraque

www.iier.org

O Iraq Institute for Economic Reform é um instituto de pesquisa independente, baseado em Bagdá. Sua missão é apoiar o Iraque em sua transição para uma economia de mercado, através da promoção de reformas baseadas em pesquisa sólida e estudo de casos. O instituto procura estruturar um sistema formal de direitos de propriedade e ajudar no desenvolvimento eficaz de uma sociedade civil, através da promoção de debate vigoroso em política pública, entre grupos de interesse, sobre o futuro do Iraque.

Jerusalem Institute for Market Studies (JIMS) – Israel

www.jims-israel.org

O JIMS é um think tank econômico independente, sem fins lucrativos, cuja missão é promover o progresso social em Israel através da liberdade econômica e individual. Fundado em 2003, tornou-se rapidamente um dos think tanks mais bem sucedidos no país. O instituto publica regularmente trabalhos e editoriais em política econômica, administra uma série de projetos inovadores privados educacionais, e uma pesquisa de opinião pública chamada: Israel Panel Study of Opinion Dynamics (IPSOD).

Liberales Institut – Suíça

www.libinst.ch

Fundado em 1979, o Liberales Institut tem a missão de pesquisar e disseminar as ideias de liberdade. O instituto avança a tradição suíça e a cultura da liberdade individual, paz, abertura, diversidade política e apoia o desenvolvimento da tradição liberal intelectual

Libertad y Desarrollo – Chile

www.lyd.com

O Libertad y Desarrollo é um centro de estudo e pesquisa privado – um think tank – independente de qualquer afiliação política, religiosa, empresarial e governamental. O instituto se dedica à análise de políticas públicas e à promoção de valores e princípios da sociedade livre. Para alcançar este objetivo, o instituto se organiza ao redor de atividades pragmáticas.

Liberty Institute – Índia

www.indefenceofliberty.org

O Liberty Institute é um think tank independente dedicado à habilitação das pessoas através do aproveitamento do poder do mercado. Ele procura construir o entendimento e a apreciação em cima de 4 pilares institucionais da sociedade livre – direitos individuais, Estado de Direito, governo limitado e livre mercado. O instituto oferece um número de atividades, como pesquisa e defesa de questões em políticas públicas. Ele organiza conferências e seminários e tem um programa de publicações. Também trabalha com uma gama de assuntos em política pública que inclui desenvolvimento econômico e política de comércio, energia e qualidade ambiental, educação e saúde, democracia e reforma governamental, direitos de propriedade intelectual e inovação, entre outros.

Limited Government – Nepal

www.lgn.org.np

Fundado em 2007, o Limited Government é um instituto independente, apolítico, sem fins lucrativos, de pesquisa e educação. Sua missão é facilitar o debate sobre ideias liberais entre líderes e a sociedade civil, através do cultivo de ideias pro-mercado em reformas de políticas públicas.

The Lion Rock Institute – Hong Kong

www.lionrockinstitute.org

O Lion Rock Institute foi fundado em 2004, e é um think tank em políticas públicas que defende soluções de livre mercado para os desafios em política em Hong Kong. O instituto adota mercados livres e aberto, direitos de propriedade, governo mínimo, baixos impostos e restrições mínimas para o ambiente de negócios.

Ludwig von Mises Institute – Polônia

www.mises.pl

O Ludwig von Mises Institute é um centro independente e sem fins lucrativos, para a pesquisa e educação na Polônia. Seu principal objetivo é de conscientização social dos processos econômicos, das instituições básicas da economia *laissez-faire*. Também promovem relações baseadas em livre arbítrio e cooperação pacífica entre indivíduos. O Mises Institute se inspira da tradição da Escola de Economia Austríaca e produz material sobre liberalism clássico e pensamento político libertário.

Minimal Government Thinkers, Inc. – Filipinas

www.minimalgovernment.net

A Minimal Government Thinkers, Inc. é um think tank independente e fundamenta-se em cinco princípios: estado mínimo, impostos mínimos, livres mercados, Estado de Direito e responsabilidade pessoal. A entidade acredita que a sociedade será mais pacífica e dinâmica se os indivíduos, empresas e as organizações voluntárias assumirem mais responsabilidades individuais e voluntárias em suas vidas, suas famílias e comunidades.

The Nassau Institute – Bahamas

www.nassauinstitute.org

Fundado em 1995, o Nassau Institute é um think tank que promove o capitalismo e livres mercados. Sua missão é criar e promover políticas públicas para o Bahamas, baseado nos princípios de governo limitado, liberdade individual e Estado de Direito. O instituto incentiva o resgate à pesquisa histórica promovendo a livre iniciativa da comunidade.

New Economic School (NESG) – Geórgia

www.nesg.net

A NESG é uma instituição sem fins lucrativos orientada para a criação da opinião pública, baseada no pensamento liberal clássico econômico. Suas ideias principais são individualismo metodológico, liberdade pessoal e governo limitado. As atividades da organização incluem a disseminação do conhecimento econômico através de seminários, conferências, publicações, traduções, palestras públicas, etc. Está envolvida no processo de desenvolvimento da política pública através de encontros, debates e comissões governamentais.

New Zealand Business Roundtable – Nova Zelândia

www.nzbr.org.nz

A New Zealand Business Roundtable é uma organização que compreende primariamente os chefes executivos das maiores empresas, comprometidos na contribuição para o desenvolvimento de políticas sólidas, que reflitam os interesses nacionais em geral. Foi fundada na crença de que um setor empresarial saudável e dinâmico e mercados abertos e competitivos são fundamentais para alcançar prosperidade econômica e uma sociedade justa.

OHRID Institute for Economic Strategies and International Affairs – Macedônia www.oi.org.mk

O OHRID Institute é um think tank independente e sem fins lucrativos. Ele está comprometido em prover equilíbrio ao discurso político na Macedônia, através da condução de pesquisa em política econômica, promoção do setor privado e reforma de livre mercado, atuando como vigilante das atividades do governo para assegurar transparência. O instituto procura contribuir para o desenvolvimento do país em uma sociedade democrática pro-mercado.

Pal-Think for Strategic Studies – Palestina**www.palthink.org**

O Pal-Think for Strategic Studies é um think tank independente, sem fins lucrativos, apolítico e não-governamental, que tem o objetivo de estimular e inspirar as discussões públicas racionais e o consenso de bem-estar dos palestinos e da região. Pal-Think foi criado em 2007, em Gaza-Palestina, por um grupo de pesquisadores palestinos e ativistas comunitários que possuem conhecimento e relacionamento no Oriente Médio, seus problemas atuais, potencialidades e possibilidades.

Polish-American Foundation for Economic Research and Education (PAFERE) – Polônia
www.pafere.org

A PAFERE é uma organização independente, não-governamental e dedicada à educação e promoção do livre mercado, liberdade econômica, livre comércio e propriedade privada. Ela também estuda a relação da ética econômica e o desenvolvimento das ciências econômicas. Os principais objetivos da PAFERE são de divulgar o conhecimento básico econômico e o entendimento da relação entre ética e economia, de promover a pesquisa em economia de livre mercado, e de expor os mitos e falácias econômicos.

Timbro – Suécia**www.timbro.se**

Desde 1978, a Timbro tem defendido o livre mercado, o livre comércio e as sociedades livres. A missão da Timbro é criar, promover e disseminar as ideias e temas que apoiem os princípios do livre mercado, livre empresa, liberdade individual e a sociedade livre.

The Ukrainian Reform Support Foundation – Ucrânia**www.ufpr.org.ua**

A Ukrainian Reform Support Foundation é uma organização pública sem fins lucrativos, fundada em 1993, com o objetivo de incentivar as reformas econômicas na Ucrânia, em direção à criação de uma sociedade auto-governável, economicamente eficiente e um estado democrático Ucrainiano.

The Zambia Institute for Public Policy Analysis (ZIPPA) – Zâmbia

Fundado em 2004, o ZIPPA é um instituto de pesquisa educacional independente e apolítico. Sua missão é promover uma ampla apreciação do papel chave que os livres mercados e competição têm sobre o desenvolvimento econômico. ZIPPA apoia a pesquisa em assuntos econômicos e políticas públicas, organiza debates sobre assuntos socioeconômicos. Ele se esforça em divulgar os princípios do livre mercado através de seminários, workshops e conferências, publicações e distribuição de livros, folhetos, artigos, além de trocar ideias com pessoas e organizações afins na Zâmbia e internacionalmente.

Prefácio

Por Barun S. Mitra, Liberty Institute (Índia)

A crise que abalou o mundo financeiro nestes últimos 2 anos é atribuída a muitas falhas, desde dinheiro fácil, ganância humana ou falta de visão de governo em relação aos fatídicos derivativos financeiros dos jovens prodígios da área de finanças. Embora relevante, muito do discurso público ignorou a causa fundamental do presente infortúnio econômico. Sob meu ponto de vista, esta crise financeira é a consequência de uma distorção ou ainda uma desconexão no relacionamento entre bens e propriedade.

Uma economia moderna é construída sobre uma transparente propriedade de bens, seja tangível ou intangível, seja terra, ações ou propriedade intelectual. Faz-se necessária a aceitação de um documento em comum de propriedade, um método fácil de comércio e transferência de propriedade, e um livre mercado onde as transações são realizadas e os preços dos bens são negociados. Uma vez que a corrente de propriedade for quebrada torna-se quase impossível acessar o valor real do bem.

Hernando de Soto, o notável economista que revelou o segredo da propriedade em seu livro *O Mistério do Capital*, escreveu:

Olhe ao redor: tudo o que é valor econômico que você possui – título da casa e certificado do carro, hipotecas, contas bancárias, ações, contratos, patentes e dívidas de terceiros, incluindo derivativos, é documentado no papel. Você tem condição da posse, transferência, acesso e certificação do valor de tais bens somente através de documentos que são autenticados legalmente por um sistema global de regras, procedimentos e padrões. Para garantir que esta relação, entre os documentos e cada um dos bens independentes que eles representam, nunca seja degradada faz-se necessário um extraordinário sistema legal de direitos de propriedade. Este sistema resulta na confiança que permite que o crédito e o capital fluam e que os mercados funcionem. (De Soto, 2009)

A primeira bomba de tempo que explodiu na dramática cadeia de eventos e que levou à crise financeira foi o mercado imobiliário norte-americano. Tratou-se de uma fase de aumento da demanda do mercado de imóveis residenciais com apoio público a uma rede complexa de instituições financeiras. Tanto faz que a posse fosse através do governo (como Ginnie Mae), apoiado por instituições como Fannie Mae e Freddie Mac ou inteiramente privada, estas instituições criaram uma cadeia mais elaborada de fianças, desviando poupanças mundiais para empréstimos hipotecários retirados por proprietários de imóveis norte-americanos.

As hipotecas tinham origem de modestos empréstimos de famílias e oferecidos por bancos através de pacotes chamados MBSs (Mortgage Backed Securities). Por exemplo, um banco de varejo oferecia empréstimos em uma pequena cidade do Texas e os transferia para um escritório regional. Passado uns dias o papel encontraria seu caminho para Nova Iorque onde uma entre 6 agências de notas de crédito dividiria as emissões em títulos. Estas agências atribuem avaliações às emissões, sendo AAA a mais segura e corresponde a baixos juros, baseadas em estatísticas sobre títulos hipotecários na década passada conforme sua capacidade de repagamento. Uma vez que o rating se torna público, ele pode ser alterado a qualquer momento, para cima ou para baixo, sendo então o papel oferecido a compradores

globais que podem ser bancos, fundos de hedge ou fundos de pensões. Com a rapidez da internet, de um subúrbio norte-americano para uma pequena cidade na Alemanha, os títulos eram essencialmente virtuais por natureza. A instituição de poupança na Alemanha não tinha como acessar o risco do documento que possuía exceto via o selo do rating de Nova Iorque no documento. Esta avaliação do risco ficou congelada com o tempo e por sua vez derivou em uma série padrão de taxas históricas geradas durante um período quando os preços das casas nos EUA eram estáveis e crescentes. Quando a queda aconteceu, como acontece com todos os ativos que estão em alta, não existiam mecanismos confiáveis para reacessar o risco subjacente.

Os atuais problemas financeiros ilustram as trágicas consequências se o relacionamento entre o bem e a propriedade é indefinido. Por exemplo, o mercado de ações opera na base da contínua revelação da performance das empresas e tem a facilidade de troca de informação em comparação com outros bens. Se a cadeia de propriedade é perdida, torna-se quase impossível acessar o valor real do bem.

Parece bem claro que a tentativa política de incentivar habitação nos EUA e a política de dinheiro fácil estimulou o crescimento de novos derivativos financeiros. Em ocasiões anteriores quando investimentos enganosos atraíam investidores do século XIX ou como a sedução dos franceses pela Louisiana Company no século XVIII, o boom habitacional nos EUA no início do século XXI aparentemente criou tal senso de euforia entre investidores que eles falharam em manter um controle sobre a origem da propriedade. Assim, os investidores perderam a noção do valor real dos bens, mas ao contrário dos séculos anteriores, hoje, o mercado imobiliário é uma pequena parte de uma ampla economia. Também a economia mundial está mais integrada e portanto dispersa e diversificada. Consequentemente, a economia mundial está em seu curso de recuperação em menos de 2 anos apesar da turbulência.

Enquanto a atenção do mundo está focada na situação econômica dos EUA e de outros países desenvolvidos, a situação também salienta a perpétua crise econômica de muitos países em desenvolvimento e comunidades pobres. Nestas sociedades, o reconhecimento dos direitos de propriedade e o respeito pela propriedade são fracos, e um título é praticamente não existente. Tipicamente, existem locais onde as atividades da economia informal dominam. Mas as consequências são muito similares visto que ambos sofrem de falta de crédito. O problema irônico do pobre não é que ele não possua bens; em vez disso, ele não consegue efetivamente capitalizar sobre seus bens. A atual crise demonstra que os ricos são igualmente vulneráveis e incapazes de capitalizar sobre seus bens se eles perderem a conexão com a economia real e os claros títulos que são necessários.

Felizmente, os países desenvolvidos que têm um sistema bem estabelecido de direitos de propriedade estão em melhor posição de lidar com a atual crise. Apesar de toda a conversa sobre esta ser a mais séria crise econômica desde a grande depressão de 1930, não se viu nas ruas de Londres e Nova Iorque aquelas filas de desempregados e empobrecidos nas cozinhas comunitárias. A enorme base de capital nestes países hoje permitiu superar a maré com pouca interrupção. O problema é que estas relativas perturbações aumentam grandemente a percepção destes transtornos.

Infelizmente, comparando este processo similar de percepção, a perpétua crise econômica nos países pobres onde milhões de pessoas lutam para sobreviver num ambiente econômico informal, é a regra e não a exceção. Ao contrário de seus equivalentes nos países desenvolvidos, os pobres em nações

menos desenvolvidas pagam o preço real de sua incapacidade de crescer fora da economia informal, muitas vezes pagando por suas próprias vidas.

Um componente crítico para o funcionamento estável do sistema de propriedade é o sistema de registro de propriedade. Tipicamente o governo é o único agente que faz o levantamento da propriedade, registra a posse e emite uma escritura. Em tal ambiente monopolístico, não é surpresa que muitos governos se comportem como “rent seekers” (busca por renda), vendo um sistema de registro de propriedade como uma forma de maximizar receita. Em contraste, o sistema de registro deveria ser um instrumento que forneça proteção, facilitando a transação do bem e permitindo sua capitalização. A atual crise do mundo rico e a crise perpétua do mundo pobre deveria nos incentivar a olhar outras formas alternativas de se registrar a propriedade.

Por exemplo, todas as propriedades, especialmente a propriedade material tangível como terra e suas benfeitorias, são locais. Poderia uma comunidade local, com o apoio de agências como bancos e empresas seguradoras, comprometer-se com o processo de registro do bem em uma maneira mais eficiente? Uma das vantagens adicionais de tal abordagem local seria a de que as pessoas ganhariam um melhor entendimento da necessidade de se registrar e formalizar a propriedade.

A atual crise econômica, com suas raízes em imóveis, fornece uma grande oportunidade para as pessoas em países ricos e pobres de terem uma nova visão da importância dos direitos de propriedade e de reafirmar a valorização de um sistema formal de propriedade. O Índice de Direitos de Propriedade 2010 é uma comparação única de alguns parâmetros-chaves, medindo diferentes aspectos dos direitos de propriedade, portanto adquire significado especial no atual ambiente econômico.

Eu espero que as edições futuras do índice venham explorar a possibilidade de incluir novos parâmetros para obter informação a respeito do registro de bens, e tornar-se ainda mais pertinente para as pessoas ao redor do mundo.

Referência

De Soto, H. (2009, 21 de fevereiro). Toxic paper. *Newsweek*. Obtido do link <http://www.newsweek.com/id/185814>

Capítulo I: Introdução

“Se a história pudesse nos ensinar algo, seria de que a propriedade privada está inextricavelmente associada com a civilização.” - Ludwig von Mises

Os direitos de propriedade possuem um importante papel na criação da prosperidade. Direitos de propriedade fortemente estabelecidos permitem que os indivíduos aproveitem os frutos de seus trabalhos por completo e criam incentivos para usar seus recursos eficientemente. No entanto, como Milton Friedman observou, “A preservação da liberdade, não a promoção da eficiência, é a justificativa primária para a propriedade privada. A eficiência é um feliz sub-produto não acidental – e um sub-produto muito importante, porque a liberdade jamais poderia ter sobrevivido se não tivesse produzido a riqueza.” De fato, existe um crescente reconhecimento dos direitos de propriedade como direitos humanos fundamentais.

Quando os direitos de propriedade foram reconhecidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, somente recentemente que os direitos de propriedade ganharam a atenção dos formuladores de políticas públicas ao redor do mundo. O trabalho de Hernando de Soto tem sido instrumental em focar os problemas que os pobres nos países em desenvolvimento passam ao exercer seus direitos de propriedade. No relatório de 2008, da Comissão das Nações Unidas sobre a Habilitação Jurídica dos Pobres, presidida por de Soto e a ex-secretária de estado dos EUA, Madeleine Albright, reafirma-se que os direitos de propriedade são direitos humanos.

A Comissão do Grupo de Trabalho em Direitos de Propriedade ainda destacou a importância dos direitos de propriedade além do papel na atividade econômica. Karol Boudreaux, um membro do grupo e colaboradora do IIDP 2008, diz: “Direitos de propriedade acessíveis e garantidos fornecem um senso de identidade e dignidade para as pessoas de diferentes meios econômicos. Eles criam laços confiáveis de direitos e obrigações entre os membros da comunidade assim como um sistema de mútuo reconhecimento dos direitos e responsabilidades além da comunidade local” (Boudreaux, 2008). Além disso, Boudreaux enfoca, “Para muitos pobres individuais e as comunidades onde eles vivem, a relação com a propriedade é mais do que um agregado de pedaços de terra usados e ocupados. É a própria expressão da forma de vida, e onde eles devem ter a oportunidade de melhorar através de seus próprios esforços” (Ibid.). A observação de Boudreaux mostra a complexidade dos direitos de propriedade que transcende a justificativa puramente econômica.

Enquanto que os aspectos não econômicos dos direitos de propriedade são igualmente importantes, este relatório foca os benefícios econômicos resultantes da proteção e habilitação dos direitos humanos. Pelo senso econômico, os direitos de propriedade são caracterizados pela forma como um recurso é utilizado através da autoridade exclusiva (Alchian, 2008). Armen A. Alchian, um economista que contribuiu significativamente para o estudo econômico dos direitos de propriedade, observou que esta definição dos direitos de propriedade não necessariamente impede a posse estatal ou pública. No entanto, os direitos de propriedade privada possuem características adicionais. Especificamente, eles permitem direitos exclusivos aos serviços do recurso, por exemplo: receber renda de aluguel, e permitem o direito à troca do recurso em termos mutuamente acordados (Ibid). Estas qualidades adicionais habilitam os indivíduos a procurar o uso de recursos mais eficientes do que eles possuem e a melhorarem suas vidas através da troca mútua com outros.

Muitos estudos tentaram determinar os benefícios de fortes direitos de propriedade, em nível individual ou comunitário. Este relatório procura determinar as consequências de garantir os direitos de propriedade em nível macro. Podem as sociedades que respeitam os direitos de propriedade terem melhor performance do que aquelas que não respeitam? Podem os países que fornecem uma estrutura legal de habilitação dos direitos de propriedade obterem melhores resultados econômicos? Um estudo comparativo como este permite estabelecer teoricamente qual o papel dos direitos de propriedade no desenvolvimento econômico.

Certamente, tal perspectiva não é sem limitações. Existem muitos fatores que afetam a eficácia do sistema de direitos de propriedade. A escolha das variáveis a serem incluídas neste estudo representa uma significativa troca entre uma abordagem detalhada e este estudo mais abrangente. Os fatores escolhidos neste estudo permitem que se capturem importantes diferenças na provisão e habilitação dos direitos de propriedade entre o maior número de países possíveis. Finalmente, o leitor é lembrado de que permanece o desafio de se diferenciar os efeitos causais de um conjunto de múltiplos países. No entanto, permanecemos confiantes que esta dificuldade será superada a medida que mais dados ficarem disponíveis em futuras edições do índice.

Capítulo II: Direitos de Propriedade e Desenvolvimento Econômico

Um sistema de direitos de propriedade operante permite que os bens econômicos sejam produtivos para reduzir os custos de transação e incentiva a criação de valor excedente que pode ser reinvestido sem medo de expropriação. Muitas experiências de países em desenvolvimento ilustram a dificuldade em criar e manter um sistema de direitos de propriedade que funcione para todos os cidadãos. Por conseguinte, é muito importante que se continuem a destacar os benefícios dos regimes de direitos de propriedade porque facilitam o crescimento econômico e o desenvolvimento.

Direitos de Propriedade Privada

Os economistas identificaram pelo menos quatro formas onde os direitos inseguros de propriedade afetam negativamente a economia. Os professores de economia e ciência política da London School of Economics, Tim Besley e Maitreesh Ghatak, resumiram estas 4 formas. Primeira, os direitos de propriedade sem proteção aumentam o risco de expropriação, o que diminui os incentivos para investimento e produção. Segunda, os direitos de propriedade sem proteção diminuem a produtividade devido à necessidade de defesa da propriedade. Terceira, os direitos de propriedade sem proteção deixam de facilitar ganhos com a troca (i.e., se os direitos de propriedade não são completamente garantidos, os bens não podem ser transferidos para outros que possam usá-los eficazmente). E finalmente, a propriedade serve como uma importante ferramenta para apoiar outras transações, tais como obtenção de crédito por sua garantia. (Besley & Ghatak, 2009).

O trabalho pioneiro de Hernando de Soto, ao documentar o volume de “capital morto” – bens que não podem ser representados na economia formal ou usados como garantia – no mundo em desenvolvimento, estimulou um intenso interesse em direitos de propriedade. Os governos de países em desenvolvimento são expostos aos problemas de como converter o capital morto em bens economicamente viáveis e de como seguirem no caminho para a prosperidade. Uma das respostas é o

de assegurar aos pobres a possibilidade de registrarem seus bens dentro do sistema formal de direitos de propriedade, com mínimos custos de transação. Como de Soto descobriu, existe ainda um grande trabalho a ser feito para eliminar estes obstáculos.

E por fim, não existe um sistema de direitos de propriedade que possa operar no vácuo, sem um apoio do sistema jurídico e legal objetivando garantir as transações. Uma instituição com um forte Estado de Direito e um judiciário independente, para eliminar a corrupção e a instabilidade política, propicia a prosperidade em um ambiente formal de direitos de propriedade.

Enquanto que os direitos de propriedade são a chave para a prosperidade e crescimento econômico, é importante ter em mente que muitas outras instituições desempenham importante papel. Em especial, um sistema bancário desenvolvido para prover o capital necessário e infundir a economia. Recentes esforços em microfinanças foram bem sucedidos em levar crédito aos mais pobres nos países em desenvolvimento. Mas para integrar estas economias ao mercado mundial é necessário um sistema financeiro mais sofisticado.

Direitos de Propriedade Intelectual

A economia moderna depende não somente dos direitos de propriedade material mas também dos direitos de propriedade intelectual. Os direitos de propriedade intelectual são direitos exclusivos sobre as criações da mente. Incluem-se invenções, trabalhos literários e artísticos, símbolos, nomes, imagens, desenhos usados no comércio. A economia mundial depende dos produtos de propriedade intelectual, desde aeronaves à softwares, de medicamentos à celulares.

Da mesma forma que os direitos de propriedade material, os direitos de propriedade intelectual possuem papel similar. Ao garantir os direitos de propriedade intelectual, criam-se incentivos para inovação, da mesma forma que ao garantir os direitos de propriedade material, criam-se incentivos para a produção. Os direitos de propriedade intelectual também reduzem os custos de transação. Por exemplo: marcas registradas informam sobre a qualidade dos produtos e que por sua vez reduzem os custos de busca do consumidor (Baroncelli, Krivonos, & Olarreaga, 2004).

No entanto, o desafio da proteção dos direitos de propriedade intelectual é ainda mais intimidante comparado com os direitos de propriedade material porque o furto é facilitado por suas próprias características intrínsecas. Portanto, os países com fraca proteção de direitos de propriedade intelectual requerem um sistema legal de aplicação das leis. Enquanto que alguns países podem achar que este tipo de investimento está além de suas capacidades, eles precisam se dar conta que um sistema eficaz é um importante ingrediente para o sucesso da economia a longo prazo. Além de estimular a inovação no país, direitos de propriedade intelectual confiáveis aumentam os incentivos em investimentos diretos vindos do exterior (Branstetter & Saggi, 2009), que por sua vez levam ao crescimento econômico. (Saggi, 2002).

Capítulo III: Composição do Índice e Abrangência

Este capítulo destaca o conceito por trás do Índice Internacional de Direitos de Propriedade, apresenta as categorias e fatores incluídos na publicação de 2010 e fornece uma explicação detalhada da metodologia do índice e do conjunto de países. Finalmente mostra algumas limitações do estudo e apresenta considerações futuras.

O Conceito

O objetivo de qualquer índice é desenvolver um medidor que permita comparar países e outras jurisdições. O conceito do IIDP baseia-se nas definições de “propriedade” e “direito à propriedade” apresentadas abaixo. O índice foi moldado a partir das respostas de especialistas a uma pesquisa de opinião básica e comunicação pessoal com acadêmicos e empresários especializados na área de direitos à propriedade. O pressuposto básico por trás deste estudo é de que há uma correlação entre uma proteção mais eficaz da propriedade privada e um maior crescimento econômico.

O IIDP incorpora três categorias centrais, essenciais para a eficácia e proteção do sistema de proteção de direitos à propriedade privada de um país:

- 1) Ambiente Político e Legal (PL)
- 2) Direitos à Propriedade Material (DPM)
- 3) Direitos à Propriedade Intelectual (DPI)

Harold Demsetz define os direitos de propriedade em seu trabalho de 1967 sobre a teoria dos direitos de propriedade com:

Os direitos de propriedade são um instrumento da sociedade e derivam sua importância do fato de que eles auxiliam o homem a criar expectativas em suas transações com outros. Estas expectativas encontram expressão nas leis e costumes de uma sociedade. Um proprietário de direitos de propriedade possui o consentimento de seus companheiros de agir individualmente. Um proprietário espera que a comunidade impeça outros de interferirem em suas ações, desde que estas ações não sejam proibidas nas especificações de seus direitos. (Demsetz, 1967)

Demsetz é um entre muitos acadêmicos que chama a atenção para o papel crucial das leis em uma sociedade para entender os direitos de propriedade. Desta forma, o Ambiente Político Legal (PL) foi considerado essencial para qualquer sistema de direitos de propriedade. O índice inclui diversas medidas do ambiente político legal apesar do fato que estas medidas tenham aspectos mais amplos do que somente direitos de propriedade.

Os outros dois componentes, Direitos à Propriedade Material e à Propriedade Intelectual (DPM e DPI) refletem as duas formas de direitos de propriedade, ambas essenciais para o desenvolvimento econômico. As variáveis incluídas nessas duas categorias respondem por importantes direitos legais e resultados reais dos países analisados.

Variáveis

O IIDP 2010 compreende um total de dez variáveis, divididas em três categorias principais mencionadas anteriormente: Ambiente Político e Legal (PL), Direitos à Propriedade Material (DPM) e Direitos à Propriedade Intelectual (DPI). Apesar de um número maior de variáveis relacionadas ao direito à propriedade terem sido coletadas pelos autores, o estudo final do IIDP se concentra apenas em fatores centrais, diretamente ligados à eficácia e proteção dos direitos privados de propriedade. O ranking final é muito similar aos rankings alternativos calculados com outros fatores incluídos, e foi escolhido pelos autores por sofrer menos problemas de diluição, permanecendo parcimonioso. Finalmente, foi dada preferência para as variáveis que estavam disponíveis para um maior número de países e foram atualizadas de forma regular para assegurar que os escores resultantes sejam compatíveis em relação aos países e aos anos.

Das dez variáveis incorporadas ao índice, somente a variável “Registro de Propriedade” é formada por duas sub-variáveis. Portanto, o IIDP compreende 11 componentes de dados para cada país.

Estrutura do IIDP

1. Ambiente Político Legal (PL)

- Independência do Judiciário
- Estado de Direito
- Estabilidade Política
- Controle da Corrupção

2. Direitos à Propriedade Material (DPM)

- Proteção dos Direitos à Propriedade Material
- Registro de Propriedade
- Acesso ao Crédito

3. Direitos à Propriedade Intelectual (DPI)

- Proteção dos Direitos à Propriedade Intelectual
- Proteção das Patentes
- Pirataria dos Direitos Autorais

Ambiente Político e Legal (PL)

A estabilidade política de um país livre de corrupção junto com um forte sistema legal que englobe a independência do judiciário e o estado de direito são essenciais para o reconhecimento, gestão, implementação e proteção dos direitos de propriedade privada. A combinação destas variáveis prepara o caminho para o reconhecimento da liberdade individual e oferece grande liberdade para o

movimento econômico. Portanto, as variáveis abaixo foram utilizadas como indicadores da categoria PL:

Independência do Judiciário:

Essa variável examina a liberdade do judiciário em relação à influência de grupos políticos e empresariais. A independência do judiciário é um alicerce central para a proteção sólida e apoio soberano ao sistema judiciário no que diz respeito à propriedade privada, e por isso é considerado no IIDP. Fonte: Fórum Econômico Mundial 2008-2009 Índice de Competitividade Global.

Estado de Direito:

Essa variável examina a extensão da confiança que os indivíduos, investidores e empresários depositam nos tribunais para a manutenção e proteção dos seus direitos à propriedade. Ela já existe como indicador do relatório de Relatório Governabilidade 2009 do Instituto Banco Mundial, e que combina diversos indicadores como justiça, honestidade, execução da lei, rapidez e disponibilidade do sistema judiciário, responsabilidade do judiciário e do executivo, assim como a proteção dos direitos de propriedade. Essa variável complementa a variável anterior já que a responsabilidade do judiciário é primordial para a sua independência. Ela constrói a fé dos indivíduos e empresas economicamente ativos no sistema legal, para manter todas as leis incluindo a proteção dos direitos à propriedade privada.

Estabilidade Política:

O grau de estabilidade política influencia de forma definitiva o incentivo para alguém obter ou estender a posse e/ou administração de uma propriedade. Quanto maior a possibilidade de uma deposição (violenta), menor a probabilidade das pessoas obterem propriedade e desenvolver confiança na validade desses direitos. Fonte: Indicadores Mundiais de Governabilidade 2009 do Instituto Banco Mundial.

Controle de Corrupção:

A variável "Corrupção no Setor Público" foi retirada do Relatório Governabilidade 2009 do Instituto Banco Mundial, e que combina diversos indicadores que medem a extensão do poder público no exercício do ganho privado. Estão incluídos desde delitos insignificantes a importantes tipos de corrupção e o estado como refém dos interesses privados e das elites. Semelhante aos fatores incluídos na categoria "Ambiente Político e Legal", a corrupção influencia a confiança das pessoas na implementação sólida e aplicação dos direitos à propriedade. A corrupção reflete o grau de informalidade na economia, o que vem a ser um fator desviante na expansão do respeito pela legalização da propriedade privada. Fonte: Relatório Governabilidade 2009 do Instituto Banco Mundial.

Direitos à Propriedade Material (DPM)

Um forte sistema de direitos de propriedade defende a proteção dos direitos de propriedade privada, garante a implementação de políticas, procedimentos e leis para o registro da propriedade, e cria oportunidade para seguintes três variáveis:

Proteção dos Direitos à Propriedade Material:

Esta variável está diretamente ligada à força do sistema de direitos à propriedade de um país, pois reflete as percepções de especialistas sobre a qualidade da proteção judicial à propriedade privada, incluindo recursos financeiros. Além disso, abrange a opinião de profissionais acerca da clareza da definição legal de direito de propriedade. Fonte: Índice de Competitividade Global 2008-2009 do Fórum Econômico Mundial.

Registro de Propriedade:

Esta variável reflete o ponto de vista dos negócios sobre a dificuldade em registrar uma propriedade em termos de número de dias e de procedimentos necessários. De acordo com a fonte dessas informações, a variável “registra a seqüência completa de procedimentos necessários quando uma empresa compra um imóvel e prédio e transfere o título de propriedade do vendedor para o comprador.” Essa informação é crítica, pois quanto mais difícil for o registro de uma propriedade, maior a probabilidade de que os bens em questão permaneçam na informalidade, restringindo, assim, o desenvolvimento de um maior conhecimento público e o apoio a um sistema legal que proteja os direitos à propriedade de maneira sólida e eficaz. Essa variável é um componente central nos argumentos econômicos de Hernando de Soto. Fonte: Relatório Fazendo Negócios 2009 do Banco Mundial.

Acesso ao Crédito:

Os autores decidiram incluir esta variável no IIDP porque o acesso aos empréstimos bancários representa a oportunidade para um indivíduo, subseqüentemente, adquirir uma propriedade. Por consequência, quanto mais fácil for tornar-se proprietário de algo, mais forte será o apoio da sociedade a um sistema de direitos à propriedade formalizado e protegido. Fonte: Índice Global de Competitividade 2008-2009 do Fórum Econômico Mundial.

Direitos à Propriedade Intelectual (DPI)

A categoria DPI avalia a proteção à propriedade intelectual, e revisa as políticas de um país e a sua eficácia no que diz respeito às patentes e direito autorais:

Proteção dos Direitos à Propriedade Intelectual:

Esta variável contém informações sobre os resultados da pesquisa de opinião que refletem a proteção que uma nação dá à propriedade intelectual e, portanto, constitui um componente crucial da categoria DPI. Os especialistas participantes de cada país deram sua avaliação quanto à classificação da proteção de DPI como “fraca/não existente” até “equivalente às mais severas do mundo”. Fonte: Índice Global de Competitividade 2008-2009 do Fórum Econômico Mundial.

Proteção das Patentes:

A variável do IIDP sobre a força da proteção das patentes replica a informação fornecida pelo Índice de Direitos de Patente de 2000 do Ginarte-Park, atualizado em 2005, graças à prestativa cooperação do Professor Walter Park. Estes dados refletem a classificação de um país no ranking de “Força das Patentes”, que se baseia em cinco critérios detalhados: cobertura, participação em tratados internacionais, restrições aos direitos de patente, aplicação das leis, e duração da proteção. Fonte: Índice de Direitos de Patente de Ginarte-Park 2005.

Pirataria de Direitos Autorais:

O nível de pirataria no setor de propriedade intelectual é um indicador importante do desempenho e eficácia da proteção aos direitos à propriedade intelectual em um país. As informações para esta variável foram coletadas a partir do Relatório da Lista de Inspeção 301 do US Trade Representative de 2009, e incluem dados sobre níveis de pirataria em quatro indústrias distintas: Software Empresarial, Indústria Musical e Fonográfica, Filmes, e Software de Entretenimento. Uma vez que esta variável reflete resultados reais, baseados em dados quantitativos, ela classifica um país de acordo com sua eficácia na proteção de DPI. O Relatório da Lista de Inspeção é atualizado com as mais recentes informações de várias indústrias e da Aliança Internacional de Propriedade Intelectual. Fontes: Relatório da Lista de Inspeção 301 do USTR de 2009, Sexta edição anual BSA e Estudo sobre Pirataria de Software Global IDC (2008).

Notas Explanatórias sobre a Metodologia

A escala geral de classificação do Índice Internacional de Direitos de Propriedade varia de 0 a 10, sendo 10 o nível máximo de proteção dos direitos à propriedade e 0 a inexistência dos direitos à propriedade em um país. Da mesma maneira, cada categoria, e cada fator do IIDP utilizam a mesma escala de 0 a 10.

Para os cálculos do índice final, a média das variáveis de cada área deriva de sua classificação em cada uma das três categorias. Da mesma forma, a classificação final é a média das classificações das categorias. Durante a construção do índice, um número de diferentes métodos de ponderação foram testados para os (sub)componentes baseados nas opiniões subjetivas dos autores. Contudo, o método de ponderação escolhido teve pouco impacto no ranking final e na classificação dos países. Portanto, por razões de simplicidade e objetividade, os números finais apresentados neste relatório são o resultado do cálculo da média simples que combina os fatores disponíveis nas três áreas de classificação, e destas na classificação final do IIDP. No entanto, os autores não pretendem sugerir que todos os componentes e áreas no índice tenham a mesma importância. Portanto, os leitores que preferirem ponderar os fatores de maneiras diferentes são convidados a fazê-lo.

As dez variáveis incluídas no IIDP se originam de seis fontes diferentes. Com o intuito de combinar as variáveis que não apareceram de forma indexada, e portanto poderiam ser difíceis de normalizar na escala 0-10 do IIDP, aplicamos a seguinte fórmula de padronização:

$$\left\{ \frac{X_{max} - X_i}{X_{max} - X_{min}} \right\} * 10$$

X_i representa o valor individual de um país no fator em questão, enquanto **X_{max}** e **X_{min}** foram fixados em um desvio padrão acima da média do conjunto original de dados em 2007 e zero, respectivamente. Observações específicas sobre como os dados originais foram transferidos para o índice, serão dados mais adiante no relatório junto com informações sobre as fontes. Este ano os autores utilizaram os escores de 2007 neste relatório para que os países possam ser diretamente comparados entre os anos. Esta mudança permite uma comparação mais objetiva de ano para ano. Os

dados dos anos anteriores foram rescalonados e os escores foram recalculados para ajudar esta mudança. É importante observar que o recálculo dos anos anteriores dos escores para DPM assim como DPI tiveram um efeito mínimo nos rankings destes anos.

Os Países

O IIDP 2010 classifica um total de 125 países de todo o mundo, que inclui dez países a mais do que o relatório do ano passado. A seleção dos países foi determinada pela limitação de disponibilidade de dados somente. Representando noventa e sete (97) por cento do Produto Interno Bruto mundial, esses países são substancialmente diferentes entre si, no que diz respeito ao desempenho econômico e estruturas de mercado. Para fins de comparação, as economias incluídas no IIDP foram divididas em nove regiões geográficas, que incluem: América Latina/Caribe, Europa Ocidental, Europa Central e Leste Europeu, Ásia, Oriente Médio/Norte da África, África, Oceania e a América do Norte.

É importante prestar atenção ao fato de que o número de países compreendidos pelas diferentes fontes de dados do IIDP variou significativamente. Portanto, os autores tiveram acesso a uma variação significativa no número de países em potencial a serem incluídos na lista do IIDP. Para ser considerada na classificação final do IIDP, uma nação precisava de, no mínimo metade das variáveis incluídas em cada categoria. Consequentemente, alguns países não entraram nas três categorias do índice em nenhuma das listas finais de países, e alguns são listados apenas em uma ou duas das categorias. Os países que se qualificaram para todas as três categorias são as 125 nações apresentadas na classificação do IIDP.

Limitações e Considerações Futuras

Muitas coisas têm que ser levadas em conta para entender a criação e os resultados do IIDP. Primeiro, o ranking do índice cobre um grande número de países que variam grandemente em termos dos contextos econômico, político e cultural. Consequentemente, muitas características dos países com respeito à proteção e força dos direitos de propriedade não podem ser considerados.

Nenhum dos dados usados na construção do índice foi gerado pelos próprios autores mas foi coletado de fontes de terceiros com o Banco Mundial, o Fórum Econômico Mundial e grupos de comércio. Isto permite que o estudo se abstenha de qualquer preconceito em potencial e limita a capacidade dos autores de reconstruir alguma informação faltante. O problema de dados faltantes torna-se sério quando a variável que falta não está altamente correlacionada com as variáveis existentes. Neste caso, a classificação de um país pode não ser representativa quanto aos países que possuem dados disponíveis. Além disso, a disponibilidade de mudar dados de um ano para outro resulta em mudanças nos escores. Os autores fizeram o melhor possível para salientar os casos neste relatório e nos perfis dos países.

Este estudo permanece restrito devido à disponibilidade de dados sobre direitos de propriedade intelectual, em especial a falta de dados sobre marcas registradas. No ano passado, as marcas registradas deixaram de fazer parte como sub-componente por causa da falta de dados atualizados. Este ano, os autores não encontraram boas informações para substituir. No entanto, os autores permanecem

confiantes de que em anos futuros, dados confiáveis ficarão disponíveis com o desenvolvimento de novas fontes de dados. Além disto, os dados em direitos de propriedade intelectual podem beneficiar na melhoria dos esforços em garantir estes direitos. Similarmente, a categoria DPM pode ser melhorada com a inclusão de dados brutos sobre a segurança dos direitos de propriedade. Estas são as áreas de que têm o maior potencial para melhorias.

Finalmente, este ano, os autores conseguiram usar os aspectos de séries temporais nos dados sobre direitos de propriedade. No entanto, a natureza das instituições é tal que os efeitos de suas mudanças podem não ser sentidos nos resultados por muitos anos. A falta de dados atualizados em resultados econômicos interfere com esta análise. Os autores esperam que estas limitações sejam superadas no futuro e que a relação teórica entre instituições dos direitos de propriedade e o bem-estar econômico possam ser testadas empiricamente e de forma mais robusta.

Capítulo IV: Resultados

Este capítulo apresenta os resultados finais do Índice Internacional de Direitos à Propriedade (IIDP) 2010. Após um breve panorama geral dos dados e resultados, a classificação e o ranking do IIDP 2010 serão apresentados em sua totalidade, de acordo com seus critérios variáveis. Além disso, as mudanças nos escores do ano passado serão mostrados. Por fim, será abordada a relação entre os escores do índice e o bem-estar econômico dos países classificados.

Características dos Dados e Resultados

Os resultados do IIDP 2010 baseiam-se principalmente em dados obtidos através de pesquisas de opinião realizadas em países classificados. Em geral, especialistas em seus respectivos campos participaram destas pesquisas, e as classificações resultantes, na forma de um fator numérico, são baseadas no julgamento desses especialistas. Por isso, enfatizamos que, com base nessas fontes, o país com a pior classificação no IIDP não é, necessariamente, o país com a proteção mais frágil aos Direitos à Propriedade (DP); é apenas percebido como o pior dentre os países incluídos no índice. Contudo, os autores consideram as pesquisas especializadas uma fonte de julgamento boa e confiável em relação às características reais de um país, melhor do que alguma medida em leis e práticas que somente possam existir em estatuto. Portanto, esperamos que – com a ajuda de instituições parceiras ao redor do mundo – seja possível obter dados mais abrangentes no futuro, baseados em pesquisas de opinião que atendam às nossas necessidades.

Além dos fatores que dependem do resultados de pesquisas, algumas variáveis são baseadas em “dados brutos”. Foram incluídos, por exemplo, o número de procedimentos para o registro de propriedade em um país, muito embora seja baseado em pesquisas e não inteiramente baseado em percepções. São estimativas em procedimentos atuais envolvidos. Além disso, as estimativas sobre o nível de pirataria são baseadas em dados econômicos atuais. Todavia, para o desenvolvimento futuro do índice, planejamos obter uma quantidade maior de dados baseados em informações sólidas. Por exemplo, seria de grande valia integrar ao índice uma medição da força das normas constitucionais

que abrigam a proteção da propriedade privada, ou a posição do judiciário no que diz respeito à expropriação e indenizações. Futuros bolsistas do Programa Hernando De Soto se concentrarão no aprimoramento da metodologia do IIDP e das fontes de dados, no sentido de obter dados das fontes mais atualizadas possíveis.

Ao analisar os resultados finais do processo de classificação, o leitor será introduzido com duas medidas diferentes mas relacionadas de proteção dos direitos de propriedade através da amostragem: ordinal e cardinal. Os escores são apresentados de tal forma que o leitor pode facilmente comparar os países de acordo com seu ranking e escore (escala de 0-10). Os autores esperam que o ranking relativo se torne útil; é o escore em si que fornecerá a medida mais útil para indicar o quanto um país protege os direitos de propriedade. Os estudos de casos se encontram na versão completa do índice em inglês, no link indicado no final deste relatório.

Classificação do IIDP 2010

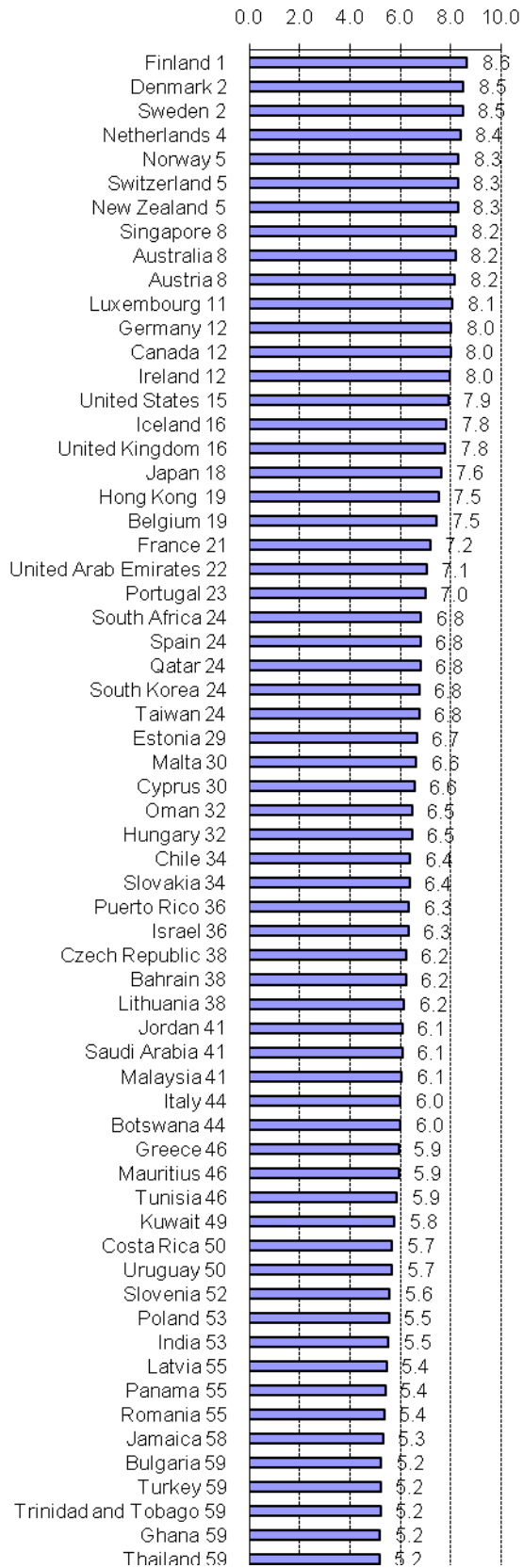
O Índice Internacional de Direitos de Propriedade 2010 (IIDP) apresenta o ranking de 125 economias, que representam 97% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. A [Figura 2](#) e a [Tabela 1](#) apresentam o ranking desde o escore mais alto ao mais baixo e o escore por país, respectivamente.

É importante observar que por causa da expansão da abrangência dos países este ano, a classificação no relatório de 2010 não é diretamente comparável com o relatório de 2009. Portanto os autores focaram primariamente na discussão das mudanças do escores em vez das mudanças do ranking de 2009.

A Finlândia lidera a lista dos países pela quarta vez consecutiva com um escore de 8,6 numa tabela de 10. Apesar do fato que o escore do ano passado foi de 8,7. Em 2010, seu escore retornou ao nível dos relatórios de 2008 e 2007. No geral, os países escandinavos continuam dominando o topo da classificação com a Dinamarca e a Suécia ocupando a segunda posição com o escore de 8,5. A Noruega fica em quinto lugar com o escore de 8,3. Outros países entre os 10 primeiros (veja Tabela 2) são países da Europa Ocidental, incluindo a Holanda (8,4), Suíça (8,3), e Áustria (8,2). Nova Zelândia (8,3) supera seus contrapartes da região da Ásia e Oceania; tanto a Austrália como Cingapura obtiveram o escore de 8,2.

Na base do índice de classificação estão a Bósnia-Herzegovina (3,6), Nicarágua (3,6), Paraguai (3,5), Bolívia (3,4), Burundi (3,3), Chade (3,2), Venezuela (3,2), Zimbábue (3,2) e Costa do Marfim (3,1). Bangladesh novamente na última classificação com escore de 2,9 (veja Tabela 3) mas apresenta uma melhoria comparado com o escore do ano passado de 2,6.

FIGURA 2: Classificação Geral do IIDP por escore



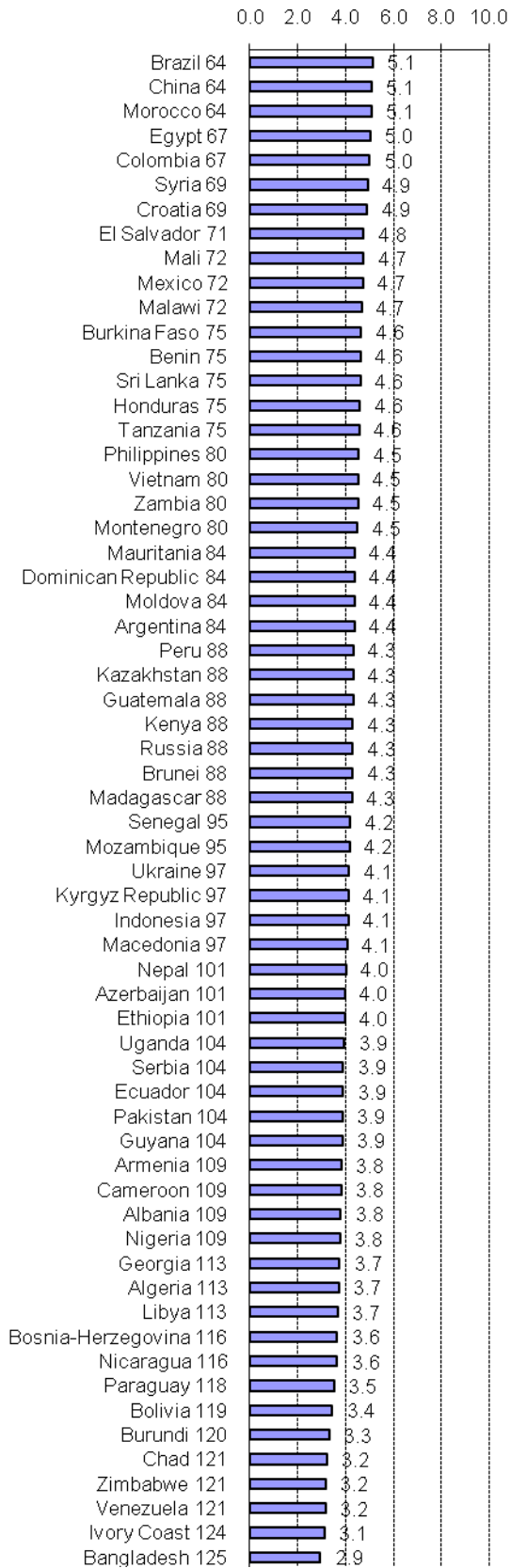


Tabela 1: Classificação por País

País	IIDP	PL	DPM	DPI	País	IIDP	PL	DPM	DPI
Albânia	3.8	3.8	5.2	2.3	Líbia	3.7	4.6	4.0	2.4
Algéria	3.7	3.5	4.3	3.4	Lituânia	6.2	5.7	6.9	5.9
Argentina	4.4	3.7	4.7	4.7	Luxemburgo	8.1	8.5	7.8	8.0
Armênia	3.8	3.8	5.8	1.9	Macedônia	4.1	4.1	5.0	3.1
Austrália	8.2	8.5	8.1	8.0	Madagascar	4.3	4.1	4.8	3.9
Áustria	8.2	8.4	7.8	8.3	Malawi	4.7	5.0	5.1	3.9
Azerbaijão	4.0	3.6	5.7	2.6	Malásia	6.1	5.7	6.7	5.8
Bahrain	6.2	5.7	7.4	5.5	Mali	4.7	4.4	5.1	4.8
Bangladesh	2.9	3.0	3.7	2.1	Malta	6.6	7.5	6.4	6.0
Bélgica	7.5	7.4	6.9	8.1	Mauritânia	4.4	3.3	5.2	4.7
Benin	4.6	4.6	4.7	4.7	Maurício	5.9	6.6	6.4	4.9
Bolívia	3.4	3.0	4.0	3.4	México	4.7	4.0	5.3	4.9
Bósnia-Herzegovina	3.6	3.8	4.4	2.7	Moldova	4.4	3.8	5.2	4.1
Botswana	6.0	6.9	6.9	4.3	Montenegro	4.5	4.9	6.2	2.4
Brasil	5.1	4.7	5.4	5.2	Marrocos	5.1	4.5	5.9	4.8
Brunei	4.3	6.3	3.4	3.2	Moçambique	4.2	4.2	4.6	3.8
Bulgária	5.2	4.6	6.0	5.1	Nepal	4.0	3.1	5.5	3.5
Burkina Faso	4.6	4.3	4.6	5.0	Holanda	8.4	8.5	8.5	8.2
Burundi	3.3	2.5	4.3	3.1	Nova Zelândia	8.3	8.8	8.2	7.9
Camarões	3.8	3.0	4.6	3.8	Nicarágua	3.6	3.0	4.3	3.6
Canadá	8.0	8.4	7.8	7.9	Nigéria	3.8	3.1	4.5	3.8
Chade	3.2	1.6	4.2	3.9	Noruega	8.3	8.5	8.6	7.9
Chile	6.4	6.8	7.0	5.4	Omã	6.5	6.7	7.6	5.2
China	5.1	4.4	6.1	4.8	Paquistão	3.9	2.5	5.8	3.3
Colômbia	5.0	3.8	5.9	5.3	Panamá	5.4	4.3	6.9	5.0
Costa Rica	5.7	6.3	6.1	4.7	Paraguai	3.5	2.6	4.7	3.1
Croácia	4.9	5.1	5.1	4.5	Peru	4.3	3.6	5.8	3.6
Chipre	6.6	6.9	6.8	6.0	Filipinas	4.5	3.5	5.4	4.8
República Tcheca	6.2	6.1	6.0	6.6	Polônia	5.5	5.7	4.8	6.1
Dinamarca	8.5	8.7	8.3	8.5	Portugal	7.0	7.1	6.9	7.0
República Dominicana	4.4	4.0	5.2	3.9	Porto Rico	6.3	6.2	6.2	6.7
Equador	3.9	2.7	4.5	4.4	Qatar	6.8	7.2	7.3	5.9
Egito	5.0	4.7	5.7	4.7	Romênia	5.4	4.8	5.6	5.8
El Salvador	4.8	4.3	6.0	4.0	Rússia	4.3	3.3	5.0	4.6
Estônia	6.7	6.8	7.5	5.6	Arábia Saudita	6.1	5.4	7.3	5.5
Etiópia	4.0	3.1	4.8	4.0	Senegal	4.2	4.0	4.6	4.1
Finlândia	8.6	8.9	8.6	8.5	Sérvia	3.9	4.0	4.8	2.8
França	7.2	7.2	6.5	7.9	Cingapura	8.2	8.5	8.3	7.9
Geórgia	3.7	3.7	5.8	1.8	Eslováquia	6.4	5.8	7.1	6.2
Alemanha	8.0	8.3	7.5	8.2	Eslovênia	5.6	6.5	4.7	5.5
Gana	5.2	4.9	5.5	5.2	África do Sul	6.8	5.7	7.4	7.4
Grécia	5.9	5.6	6.2	6.0	Espanha	6.8	6.3	6.9	7.2
Guatemala	4.3	3.5	5.7	3.7	Sri Lanka	4.6	4.0	6.0	3.9
Guiana	3.9	3.7	5.2	2.7	Suécia	8.5	8.7	8.5	8.3
Honduras	4.6	3.6	5.9	4.2	Suíça	8.3	8.7	7.9	8.3
Hong Kong	7.5	8.1	7.8	6.7	Síria	4.9	3.8	6.5	4.5
Hungria	6.5	6.1	6.6	6.7	Taiwan	6.8	6.3	7.3	6.7
Islândia	7.8	8.5	8.1	6.9	Tanzânia	4.6	4.6	4.9	4.2
Índia	5.5	4.8	6.6	5.3	Tailândia	5.2	4.4	6.9	4.3
Indonésia	4.1	3.7	5.5	3.2	Trinidade e Tobago	5.2	4.7	5.4	5.6
Irlanda	8.0	8.3	7.8	7.9	Tunísia	5.9	5.7	7.0	4.9
Israel	6.3	5.9	6.2	6.9	Turquia	5.2	4.7	6.0	5.0
Itália	6.0	5.3	5.7	7.1	Uganda	3.9	3.6	3.8	4.4
Costa do Marfim	3.1	1.7	4.3	3.3	Ucrânia	4.1	3.7	4.8	3.9
Jamaica	5.3	4.6	5.9	5.5	Emirados Árabes Unidos	7.1	6.8	7.7	6.7
Japão	7.6	7.4	7.1	8.3	Reino Unido	7.8	7.8	7.7	7.9
Jordão	6.1	5.7	6.9	5.7	Estados Unidos	7.9	7.5	7.8	8.5
Cazaquistão	4.3	4.0	5.8	3.1	Uruguai	5.7	6.7	5.4	4.9
Quênia	4.3	3.0	6.0	4.0	Venezuela	3.2	1.9	4.4	3.2

Coreia Sul	6.8	6.1	7.2	7.0	Vietnã	4.5	4.4	5.7	3.5
Kuwait	5.8	6.3	7.0	4.1	Zâmbia	4.5	4.4	5.8	3.3
República Quirguistão	4.1	2.8	5.2	4.4	Zimbábue	3.2	1.8	4.7	3.1
Letônia	5.4	5.6	6.3	4.4					

Tabela 2: Top 10 países por Componente (o número indica o ranking)

IIDP	PL	DPM	DPI
Finlândia (1)	Finlândia (1)	Noruega (1)	Dinamarca (1)
Dinamarca (2)	Nova Zelândia (2)	Finlândia (1)	Finlândia (1)
Suécia (2)	Suécia (3)	Suécia (3)	Estados Unidos (1)
Holanda (4)	Dinamarca (3)	Holanda (3)	Japão (4)
Noruega (5)	Suíça (5)	Dinamarca (5)	Suíça (4)
Suíça (121)	Islândia (6)	Cingapura (5)	Áustria (4)
Nova Zelândia (5)	Holanda (6)	Nova Zelândia (7)	Suécia (4)
Cingapura (8)	Cingapura (6)	Austrália (8)	Holanda (8)
Austrália (8)	Luxemburgo (6)	Islândia (8)	Alemanha (8)
Áustria (8)	Noruega (6)	Suíça (10)	Bélgica (10)
		Austrália (6)	

Tabela 3: Base 10 países por Componente (o número indica o ranking)

IIDP	PL	DPM	DPI
Bósnia-Herzegovina (116)	Nicarágua (112)	Burundi (116)	Sérvia (116)
Nicarágua (116)	Camarões (112)	Costa do Marfim (116)	Bósnia-Herzegovina (117)
Paraguai (118)	Bangladesh (112)	Algéria (116)	Guiana (117)
Bolívia (119)	Quênia (112)	Nicarágua (116)	Azerbaijão (119)
Burundi (120)	Bolívia (112)	Chade (120)	Montenegro (120)
Chade (121)	República Quirguistão (117)	Líbia (121)	Líbia (120)
Zimbábue (121)	Equador (118)	Bolívia (121)	Albânia (122)
Venezuela (121)	Paraguai (119)	Uganda (123)	Bangladesh (123)
Costa do Marfim (124)	Paquistão (120)	Bangladesh (124)	Armênia (124)
Bangladesh (125)	Burundi (120)	Brunei (125)	Geórgia (125)
	Venezuela (122)		
	Zimbábue (123)		
	Costa do Marfim (124)		
	Chade (125)		

FIGURA 3: Classificação por Quintil

O prisma de cores relaciona os quintis à uma cor específica: roxo para o quintil do topo, azul para o segundo quintil, verde para o terceiro, amarelo para o quarto e vermelho para o quintil da base. Este ano, os países estão igualmente distribuídos entre os quintis com 25 países em cada um. Adicionalmente, o mapa de distribuição do índice indica qual país pertence à qual quintil. Novamente, por causa do aumento da abrangência de países este ano, fica difícil de comparar diretamente qualquer mudança em posição de quintil em relação ao ano passado.

Topo 20%	Segundo Quintil	Terceiro Quintil	Quarto Quintil	Base 20%
Finlândia	Qatar	Uruguai	Benin	Nepal
Dinamarca	Coreia do Sul	Eslovênia	Sri Lanka	Azerbaijão
Suécia	Taiwan	Polônia	Honduras	Etiópia
Holanda	Estônia	Índia	Tanzânia	Uganda
Noruega	Malta	Letônia	Filipinas	Sérvia
Suíça	Chipre	Panamá	Vietnã	Equador
Nova Zelândia	Omã	Romênia	Zâmbia	Paquistão
Cingapura	Hungria	Jamaica	Montenegro	Guiana
Austrália	Chile	Bulgária	Mauritânia	Armênia
Áustria	Eslováquia	Turquia	República Dominicana	Camarões
Luxemburgo	Porto Rico	Trinidade e Tobago	Moldova	Albânia
Alemanha	Israel	Gana	Argentina	Nigéria
Canadá	República Tcheca	Tailândia	Peru	Geórgia
Irlanda	Bahrain	Brasil	Casaquistão	Algéria
Estados Unidos	Lituânia	China	Guatemala	Libia
Islândia	Jordão	Marrocos	Quênia	Bósnia-Herzegovina
Reino Unido	Arábia Saudita	Egito	Rússia	Nicarágua
Japão	Malásia	Colômbia	Brunei	Paraguai
Hong Kong	Itália	Síria	Madagascar	Bolívia
Bélgica	Botswana	Croácia	Senegal	Burundi
França	Grécia	El Salvador	Moçambique	Chade
Emirados Árabes Unidos	Maurício	Mali	Ucrânia	Zimbábue
Portugal	Tunísia	México	República Quirguistão	Venezuela
África	Kuwait	Malawi	Indonésia	Costa do Marfim
Espanha	Costa Rica	Burkina Faso	Macedônia	Bangladesh

A Figura 3 apresenta a classificação dos países por quintil. A cor do prisma relaciona os quintis a uma cor específica: roxo para o topo do quintil, azul para o segundo quintil, verde para o terceiro quintil, amarelo para o quarto quintil e vermelho para o fundo do quintil. Este ano os países estão distribuídos proporcionalmente entre 25 países em cada. O mapa de distribuição do IIDP indica qual país pertence a qual quintil. Novamente, por causa do aumento da abrangência este ano, fica difícil de comparar diretamente as mudanças em relação ao quintil do último ano.

Tabela 4: Resumo Estatístico

Indicador	Média	Mediana	Desvio	Mínimo	Máximo
IIDP	5.5	5.2	1.5	2.9	8.6
PL	5.2	4.7	1.9	1.6	8.9
DPM	6.0	5.9	1.3	3.4	8.6
DPI	5.1	4.8	1.8	1.8	8.5

A Tabela 4 apresenta um resumo estatístico do IIDP 2010 e suas categorias componentes. Apesar de alguma melhoria nos escores da base do ranking, ainda permanece uma grande disparidade entre os países que apresentaram as melhores e piores performances. Este ano o maior escore em todas as variáveis foi a Finlândia com escore de 8,9 para Ambiente Político Legal (PL). O menor escore foi Chade com escore de 1,6 para Ambiente Político Legal. A média mais alta no escore de variável é em relação aos Direitos à Propriedade Material (DPM) em 6,0.

Classificação do índice por Categorias Chaves

Este índice é composto de 3 categorias chaves que podem ser usadas independentemente da performance de um país. Esta seção apresenta e discute a performance dos países em cada categoria chave do índice.

As Tabelas 2 e 3 também mostram os 10 países do topo e da base do ranking. Os 10 países do topo são geralmente mais homogêneos do que os 10 países da base do ranking, com a Finlândia em primeiro lugar em todos os três componentes. A Dinamarca, Holanda, Suécia e Suíça também estão entre os 10 países do topo em pelo menos um dos componentes. O único país que consta em pelo menos um dos componentes nos 10 países do topo, não consta nos 10 primeiros países do ranking geral do IIDP, ficando em 15º lugar.

Os 10 países da base do ranking são mais heterogêneos. O Chade está classificado no mais baixo da variável Ambiente Político Legal, Brunei na variável Direitos à Propriedade Material e Geórgia na variável Direitos à Propriedade Intelectual. Tanto Brunei como Geórgia são novos países no relatório.

Mudanças nos escores (2009-2010)

Como foi mencionada anteriormente, a comparação direta dos rankings entre 2009 e 2010 é dificultada pelo fato de que dez países foram adicionados ao ranking de 2010. Como resultado, algumas mudanças na classificação podem refletir mudanças na população dos países em vez da performance comparada do ano passado. Para facilitar a comparação dos resultados entre 2009 e 2010, os autores compilaram as Tabelas 5-8, que representam as mudanças nos escores do índice assim como seus componentes.

Os países que obtiveram os melhores escores em direitos de propriedade desde 2009 são bem diversos. Eles incluem Montenegro, Azerbaijão, Zâmbia, Romênia, Bangladesh, China, Egito, Bósnia-Herzegovina, Albânia e Macedônia. Infelizmente, os seguintes países experimentaram uma retração em direitos de propriedade: Chile, Coreia do Sul, Itália, Alemanha, Israel, Tailândia, Islândia, Malásia, Algéria e Mauritânia.

Tabela 5: Mudanças no escore IIDP (2009-2010)

País	Mudança	IIDP 2010	IIDP 2009	País	Mudança	IIDP 2010	IIDP 2009
Montenegro	0.6	4.5	3.9	Argentina	0.0	4.4	4.4
Azerbaijão	0.5	4.0	3.4	Tanzânia	0.0	4.6	4.6
Zâmbia	0.5	4.5	4.0	Burkina Faso	0.0	4.6	4.7
Romênia	0.5	5.4	4.9	Suécia	0.0	8.5	8.5
Bangladesh	0.4	2.9	2.6	Nicarágua	0.0	3.6	3.7
China	0.4	5.1	4.7	Irlanda	0.0	8.0	8.0
Egito	0.3	5.0	4.7	Filipinas	0.0	4.5	4.6
Bósnia-Herzegovina	0.3	3.6	3.3	Camarões	0.0	3.8	3.8
Albânia	0.3	3.8	3.5	Dinamarca	0.0	8.5	8.5
Macedônia	0.3	4.1	3.8	Zimbábue	0.0	3.2	3.2
Brasil	0.3	5.1	4.9	Bélgica	0.0	7.5	7.5
Chipre	0.3	6.6	6.3	Finlândia	0.0	8.6	8.7
Nigéria	0.2	3.8	3.5	Holanda	0.0	8.4	8.4
Lituânia	0.2	6.2	5.9	Espanha	0.0	6.8	6.8
Sérvia	0.2	3.9	3.7	Marrocos	0.0	5.1	5.1
Botswana	0.2	6.0	5.8	Guatemala	0.0	4.3	4.3
Moldova	0.2	4.4	4.1	Sri Lanka	0.0	4.6	4.7
Etiópia	0.2	4.0	3.8	Japão	0.0	7.6	7.6
Qatar	0.2	6.8	6.6	Eslovênia	0.0	5.6	5.6
Maurício	0.2	5.9	5.7	Chade	0.0	3.2	3.3
Bahrain	0.2	6.2	6.0	Moçambique	-0.1	4.2	4.2
Cazaquistão	0.2	4.3	4.1	Croácia	-0.1	4.9	5.0
Polônia	0.2	5.5	5.4	Mali	-0.1	4.7	4.8
Estados Unidos	0.2	7.9	7.8	Grécia	-0.1	5.9	6.0
Jordão	0.2	6.1	5.9	Turquia	-0.1	5.2	5.3
República Tcheca	0.1	6.2	6.1	Tunísia	-0.1	5.9	6.0
República Quirguistão	0.1	4.1	4.0	Nova Zelândia	-0.1	8.3	8.4
Armênia	0.1	3.8	3.7	Suíça	-0.1	8.3	8.4
Bulgária	0.1	5.2	5.1	El Salvador	-0.1	4.8	4.8
Honduras	0.1	4.6	4.5	Benin	-0.1	4.6	4.7
Cingapura	0.1	8.2	8.1	Venezuela	-0.1	3.2	3.3
Emirados Árabes Unidos	0.1	7.1	6.9	Equador	-0.1	3.9	4.0
Vietnã	0.1	4.5	4.4	Hungria	-0.1	6.5	6.6
Rússia	0.1	4.3	4.2	Ucrânia	-0.1	4.1	4.3
Peru	0.1	4.3	4.2	Paquistão	-0.1	3.9	4.0
Kuwait	0.1	5.8	5.7	República Dominicana	-0.1	4.4	4.5
Uruguai	0.1	5.7	5.6	Portugal	-0.1	7.0	7.1
Hong Kong	0.1	7.5	7.4	México	-0.2	4.7	4.9
Colômbia	0.1	5.0	4.9	Bolívia	-0.2	3.4	3.6
Trinidade e Tobago	0.1	5.2	5.1	Índia	-0.2	5.5	5.7
Quênia	0.1	4.3	4.2	Chile	-0.2	6.4	6.6
Canadá	0.1	8.0	7.9	Coreia do Sul	-0.2	6.8	6.9
Guiana	0.1	3.9	3.8	Itália	-0.2	6.0	6.2
Panamá	0.1	5.4	5.3	Alemanha	-0.2	8.0	8.2
Luxemburgo	0.1	8.1	8.0	Israel	-0.2	6.3	6.6
Austrália	0.1	8.2	8.1	Tailândia	-0.2	5.2	5.4
Burundi	0.1	3.3	3.2	Islândia	-0.3	7.8	8.1
Nepal	0.1	4.0	4.0	Malásia	-0.3	6.1	6.3
Estônia	0.1	6.7	6.6	Algéria	-0.3	3.7	4.0
França	0.1	7.2	7.1	Mauritânia	-0.4	4.4	4.8
Letônia	0.1	5.4	5.4	Brunei	-	4.3	-
Eslováquia	0.0	6.4	6.3	Geórgia	-	3.7	-
Taiwan	0.0	6.8	6.7	Ghana	-	5.2	-
Malta	0.0	6.6	6.6	Costa do Marfim	-	3.1	-
Jamaica	0.0	5.3	5.3	Libia	-	3.7	-
Paraguai	0.0	3.5	3.5	Malawi	-	4.7	-
Áustria	0.0	8.2	8.1	Omã	-	6.5	-
Madagascar	0.0	4.3	4.2	Porto Rico	-	6.3	-
África do Sul	0.0	6.8	6.8	Arábia Saudita	-	6.1	-

Costa Rica	0.0	5.7	5.7	Senegal	-	4.2	-
Noruega	0.0	8.3	8.3	Síria	-	4.9	-
Indonésia	0.0	4.1	4.1	Uganda	-	3.9	-
Reino Unido	0.0	7.8	7.8				

Tabela 6: Mudanças no escore PL (2009-2010)

País	Mudança	PL 2010	PL 2009	País	Mudança	PL 2010	PL 2009
Montenegro	0.8	4.9	4.1	Camarões	0.0	3.0	3.0
Brasil	0.5	4.7	4.2	Ucrânia	0.0	3.7	3.7
Azerbaijão	0.5	3.6	3.2	Estônia	0.0	6.8	6.9
Nigéria	0.4	3.1	2.7	Nicarágua	0.0	3.0	3.1
Polônia	0.4	5.7	5.3	Equador	0.0	2.7	2.8
Sérvia	0.4	4.0	3.6	Luxemburgo	0.0	8.5	8.5
Estados Unidos	0.4	7.5	7.1	Benin	0.0	4.6	4.6
Indonésia	0.4	3.7	3.3	Mali	0.0	4.4	4.4
Taiwan	0.4	6.3	5.9	Kuwait	0.0	6.3	6.3
China	0.3	4.4	4.0	Venezuela	0.0	1.9	2.0
República Quirguistão	0.3	2.8	2.5	Nova Zelândia	0.0	8.8	8.8
Macedônia	0.3	4.1	3.8	Guiana	0.0	3.7	3.7
Zâmbia	0.3	4.4	4.1	Áustria	0.0	8.4	8.4
Hong Kong	0.3	8.1	7.8	Costa Rica	0.0	6.3	6.3
Maurício	0.3	6.6	6.3	Eslovênia	0.0	6.5	6.6
Qatar	0.3	7.2	7.0	Nepal	0.0	3.1	3.2
Chipre	0.3	6.9	6.6	Bélgica	0.0	7.4	7.4
Romênia	0.3	4.8	4.5	Bósnia-Herzegovina	-0.1	3.8	3.9
Peru	0.3	3.6	3.3	Portugal	-0.1	7.1	7.1
Albânia	0.3	3.8	3.6	Finlândia	-0.1	8.9	8.9
Cingapura	0.3	8.5	8.2	Japão	-0.1	7.4	7.4
Bangladesh	0.2	3.0	2.8	Turquia	-0.1	4.7	4.8
Moldova	0.2	3.8	3.6	Trinidade e Tobago	-0.1	4.7	4.7
Cazaquistão	0.2	4.0	3.8	Malta	-0.1	7.5	7.6
Espanhan	0.2	6.3	6.1	Noruega	-0.1	8.5	8.5
Bahrain	0.2	5.7	5.5	Tunísia	-0.1	5.7	5.8
República Tcheca	0.2	6.1	6.0	México	-0.1	4.0	4.1
Eslováquia	0.2	5.8	5.6	Paraguai	-0.1	2.6	2.8
Colômbia	0.2	3.8	3.7	Quênia	-0.1	3.0	3.1
Uruguai	0.2	6.7	6.5	Letônia	-0.1	5.6	5.7
Chile	0.2	6.8	6.6	Israel	-0.1	5.9	6.0
Rússia	0.1	3.3	3.1	Argentina	-0.1	3.7	3.8
Etiópia	0.1	3.1	3.0	Tailândia	-0.1	4.4	4.5
Armênia	0.1	3.8	3.7	Coreia do Sul	-0.1	6.1	6.3
Panamá	0.1	4.3	4.2	República Dominicana	-0.1	4.0	4.2
Emirados Árabes Unidos	0.1	6.8	6.6	Índia	-0.1	4.8	4.9
Filipinas	0.1	3.5	3.3	Suíça	-0.1	8.7	8.8
Burundi	0.1	2.5	2.3	Bolívia	-0.2	3.0	3.1
França	0.1	7.2	7.1	Zimbábue	-0.2	1.8	2.0
Moçambique	0.1	4.2	4.1	Paquistão	-0.2	2.5	2.7
Botswana	0.1	6.9	6.7	Reino Unido	-0.2	7.8	7.9
Austrália	0.1	8.5	8.4	Algeria	-0.2	3.5	3.7
Lituânia	0.1	5.7	5.6	Madagascar	-0.2	4.1	4.3
Guatemala	0.1	3.5	3.4	Chade	-0.2	1.6	1.8
Burkina Faso	0.1	4.3	4.2	África do Sul	-0.2	5.7	6.0
Holanda	0.1	8.5	8.4	Grécia	-0.2	5.6	5.9
Irlanda	0.1	8.3	8.2	Itália	-0.3	5.3	5.6
Marrocos	0.1	4.5	4.5	Malásia	-0.3	5.7	6.0
Croácia	0.1	5.1	5.0	Islândia	-0.5	8.5	9.0
Bulgária	0.1	4.6	4.5	Mauritânia	-0.8	3.3	4.0
Canadá	0.1	8.4	8.3	Brunei	-	6.3	-
Vietnam	0.0	4.4	4.4	Georgia	-	3.7	-

Egito	0.0	4.7	4.6	Gana	-	4.9	-
Tanzânia	0.0	4.6	4.5	Costa do Marfim	-	1.7	-
Jamaica	0.0	4.6	4.5	Libia	-	4.6	-
Jordão	0.0	5.7	5.6	Malawi	-	5.0	-
Suécia	0.0	8.7	8.7	Omã	-	6.7	-
Hungria	0.0	6.1	6.1	Porto Rico	-	6.2	-
El Salvador	0.0	4.3	4.2	Arábia Saudita	-	5.4	-
Alemanha	0.0	8.3	8.3	Senegal	-	4.0	-
Honduras	0.0	3.6	3.6	Síria	-	3.8	-
Dinamarca	0.0	8.7	8.7	Uganda	-	3.6	-
Sri Lanka	0.0	4.0	4.0				

Tabela 7: Mudanças no escore DPM (2009-2010)

País	Mudança	DPM 2010	DPM 2009	País	Mudança	DPM 2010	DPM 2009
Bósnia-Herzegovina	1.1	4.4	3.4	Nicarágua	0.0	4.3	4.3
Bangladesh	0.9	3.7	2.8	Grécia	0.0	6.2	6.2
Zâmbia	0.7	5.8	5.1	Emiratos Árabes Unidos	0.0	7.7	7.7
Azerbaijão	0.7	5.7	5.1	Estados Unidos	0.0	7.8	7.8
Egito	0.6	5.7	5.1	Dinamarca	0.0	8.3	8.3
Romênia	0.6	5.6	5.0	Eslovênia	0.0	4.7	4.8
Reino Unido	0.6	7.7	7.1	Eslováquia	0.0	7.1	7.2
Madagascar	0.5	4.8	4.3	Kuwait	0.0	7.0	7.0
Montenegro	0.5	6.2	5.7	Lituânia	0.0	6.9	7.0
China	0.4	6.1	5.6	França	0.0	6.5	6.5
Botswana	0.4	6.9	6.5	Chile	0.0	7.0	7.1
Chipre	0.4	6.8	6.4	Polônia	0.0	4.8	4.9
Bulgária	0.3	6.0	5.7	Hong Kong	0.0	7.8	7.8
Macedônia	0.3	5.0	4.7	Suécia	0.0	8.5	8.5
Albânia	0.3	5.2	4.9	Mauritânia	-0.1	5.2	5.3
Maurício	0.3	6.4	6.1	Noruega	-0.1	8.6	8.7
Quênia	0.3	6.0	5.7	Sri Lanka	-0.1	6.0	6.0
Brasil	0.3	5.4	5.2	Áustria	-0.1	7.8	7.9
Honduras	0.3	5.9	5.7	Hungria	-0.1	6.6	6.7
África do Sul	0.3	7.4	7.1	República Dominicana	-0.1	5.2	5.2
Trinidad e Tobago	0.3	5.4	5.2	El Salvador	-0.1	6.0	6.1
Peru	0.2	5.8	5.6	Benin	-0.1	4.7	4.8
República Tcheca	0.2	6.0	5.7	Suíça	-0.1	7.9	8.0
Canadá	0.2	7.8	7.5	Malásia	-0.1	6.7	6.8
Luxemburgo	0.2	7.8	7.6	Holanda	-0.1	8.5	8.6
Armênia	0.2	5.8	5.6	Mali	-0.1	5.1	5.2
Etiópia	0.2	4.8	4.6	Filipinas	-0.1	5.4	5.5
Jordão	0.2	6.9	6.7	Tunísia	-0.1	7.0	7.1
Vietnã	0.2	5.7	5.5	Japão	-0.1	7.1	7.3
Tanzânia	0.2	4.9	4.7	México	-0.1	5.3	5.4
Guiana	0.2	5.2	5.0	Equador	-0.1	4.5	4.7
República Quirguistão	0.2	5.2	5.0	Coreia do Sul	-0.2	7.2	7.3
Casaquistão	0.2	5.8	5.7	Tailândia	-0.2	6.9	7.0
Argentina	0.2	4.7	4.5	Croácia	-0.2	5.1	5.3
Moldova	0.2	5.2	5.0	Nova Zelândia	-0.2	8.2	8.4
Malta	0.2	6.4	6.3	Paquistão	-0.2	5.8	6.0
Costa Rica	0.1	6.1	6.0	Indonésia	-0.2	5.5	5.7
Burkina Faso	0.1	4.6	4.5	Irlanda	-0.2	7.8	8.0
Camarões	0.1	4.6	4.5	Moçambique	-0.2	4.6	4.8
Rússia	0.1	5.0	4.9	Venezuela	-0.2	4.4	4.6
Zimbábue	0.1	4.7	4.5	Índia	-0.2	6.6	6.8
Sérvia	0.1	4.8	4.7	Espanha	-0.2	6.9	7.2
Estonia	0.1	7.5	7.4	Turkey	-0.2	6.0	6.2

Colômbia	0.1	5.9	5.8	Bolívia	-0.3	4.0	4.3
Uruguai	0.1	5.4	5.3	Itália	-0.3	5.7	6.0
Ucrânia	0.1	4.8	4.7	Portugal	-0.4	6.9	7.3
Panamá	0.1	6.9	6.8	Islândia	-0.4	8.1	8.5
Chade	0.1	4.2	4.1	Argélia	-0.4	4.3	4.7
Nigéria	0.1	4.5	4.4	Alemanha	-0.4	7.5	7.9
Qatar	0.1	7.3	7.2	Israel	-0.5	6.2	6.7
Letônia	0.1	6.3	6.3	Brunei	-	3.4	-
Finlândia	0.1	8.6	8.5	Geórgia	-	5.8	-
Bélgica	0.1	6.9	6.8	Gana	-	5.5	-
Cingapura	0.1	8.3	8.2	Costa do Marfim	-	4.3	-
Jamaica	0.1	5.9	5.8	Líbia	-	4.0	-
Taiwan	0.1	7.3	7.3	Malawi	-	5.1	-
Marrocos	0.1	5.9	5.9	Omã	-	7.6	-
Nepal	0.0	5.5	5.5	Porto Rico	-	6.2	-
Guatemala	0.0	5.7	5.7	Arábia Saudita	-	7.3	-
Bahrain	0.0	7.4	7.4	Senegal	-	4.6	-
Austrália	0.0	8.1	8.1	Síria	-	6.5	-
Paraguai	0.0	4.7	4.7	Uganda	-	3.8	-
Burundi	0.0	4.3	4.3				

Tabela 8: Mudanças no escore DPI (2009-2010)

País	Mudança	DPI 2009	País	Mudança	DPI 2010	DPI 2009	
Lituânia	0.7	5.9	5.2	Eslováquia	0.0	6.2	6.2
Romênia	0.6	5.8	5.2	Nicarágua	0.0	3.6	3.6
Montenegro	0.5	2.4	1.9	Tunísia	0.0	4.9	5.0
Azerbaijão	0.5	2.6	2.1	Nova Zelândia	0.0	7.9	7.9
Zâmbia	0.4	3.3	2.8	Bolívia	0.0	3.4	3.4
Kuwait	0.4	4.1	3.7	Suécia	0.0	8.3	8.3
Egito	0.4	4.7	4.3	Zimbábue	0.0	3.1	3.1
China	0.3	4.8	4.5	Espanha	0.0	7.2	7.3
Bahrain	0.3	5.5	5.2	Filipinas	0.0	4.8	4.8
Etiópia	0.3	4.0	3.7	Dinamarca	0.0	8.5	8.6
Moldova	0.3	4.1	3.9	Venezuela	0.0	3.2	3.3
Emirados Árabes Unidos	0.3	6.7	6.4	Canadá	-0.1	7.9	8.0
Qatar	0.3	5.9	5.6	Argentina	-0.1	4.7	4.8
Albânia	0.2	2.3	2.1	Sri Lanka	-0.1	3.9	4.0
Nepal	0.2	3.5	3.3	Holanda	-0.1	8.2	8.3
Sérvia	0.2	2.8	2.6	Eslovênia	-0.1	5.5	5.5
Nigéria	0.2	3.8	3.6	Israel	-0.1	6.9	7.0
Jordão	0.2	5.7	5.5	Mali	-0.1	4.8	4.8
Botswana	0.2	4.3	4.1	República Quirguistão	-0.1	4.4	4.5
Áustria	0.2	8.3	8.1	Bósnia-Herzegovina	-0.1	2.7	2.8
Letônia	0.2	4.4	4.2	Moçambique	-0.1	3.8	3.9
Paraguai	0.2	3.1	3.0	Costa Rica	-0.1	4.7	4.7
Chipre	0.2	6.0	5.9	Finlândia	-0.1	8.5	8.6
Macedônia	0.1	3.1	2.9	Bélgica	-0.1	8.1	8.2
Noruega	0.1	7.9	7.7	Croácia	-0.1	4.5	4.6
Vietnã	0.1	3.5	3.4	Peru	-0.1	3.6	3.7
Casaquistão	0.1	3.1	3.0	Equador	-0.1	4.4	4.6
Estônia	0.1	5.6	5.5	Índia	-0.2	5.3	5.4
Islândia	0.1	6.9	6.8	Benin	-0.2	4.7	4.8
Estados Unidos	0.1	8.5	8.4	República Dominicana	-0.2	3.9	4.1
Polônia	0.1	6.1	6.0	Camarões	-0.2	3.8	4.0
Japão	0.1	8.3	8.2	Indonésia	-0.2	3.2	3.4

França	0.1	7.9	7.8	Madagascar	-0.2	3.9	4.1
Rússia	0.1	4.6	4.5	El Salvador	-0.2	4.0	4.2
Turquia	0.1	5.0	4.9	Marrocos	-0.2	4.8	5.0
Honduras	0.1	4.2	4.1	Coreia do Sul	-0.2	7.0	7.2
Armênia	0.1	1.9	1.8	Guatemala	-0.2	3.7	3.9
Trinidade e Tobago	0.1	5.6	5.5	Burkina Faso	-0.2	5.0	5.3
Cingapura	0.1	7.9	7.8	Tanzânia	-0.2	4.2	4.5
Quênia	0.1	4.0	3.9	Alemanha	-0.3	8.2	8.5
Austrália	0.1	8.0	7.9	México	-0.3	4.9	5.1
Irlanda	0.1	7.9	7.8	Algéria	-0.3	3.4	3.7
Guiana	0.1	2.7	2.6	Taiwan	-0.3	6.7	7.0
Burundi	0.1	3.1	3.1	Hungria	-0.3	6.7	6.9
República Tcheca	0.1	6.6	6.5	Mauritânia	-0.4	4.7	5.0
África do Sul	0.0	7.4	7.4	Reino Unido	-0.4	7.9	8.3
Malta	0.0	6.0	6.0	Tailândia	-0.4	4.3	4.7
Hong Kong	0.0	6.7	6.7	Ucrânia	-0.4	3.9	4.3
Bulgária	0.0	5.1	5.1	Malásia	-0.4	5.8	6.2
Portugal	0.0	7.0	7.0	Chile	-0.6	5.4	6.0
Luxemburgo	0.0	8.0	7.9	Brunei	-	3.2	-
Uruguai	0.0	4.9	4.9	Geórgia	-	1.8	-
Grécia	0.0	6.0	6.0	Gana	-	5.2	-
Bangladesh	0.0	2.1	2.1	Costa do Marfim	-	3.3	-
Colômbia	0.0	5.3	5.3	Líbia	-	2.4	-
Jamaica	0.0	5.5	5.4	Malawi	-	3.9	-
Chade	0.0	3.9	3.8	Omã	-	5.2	-
Brasil	0.0	5.2	5.2	Porto Rico	-	6.7	-
Paquistão	0.0	3.3	3.3	Arábia Saudita	-	5.5	-
Itália	0.0	7.1	7.1	Senegal	-	4.1	-
Panamá	0.0	5.0	5.0	Síria	-	4.5	-
Maurício	0.0	4.9	4.9	Uganda	-	4.4	-
Suíça	0.0	8.3	8.3				

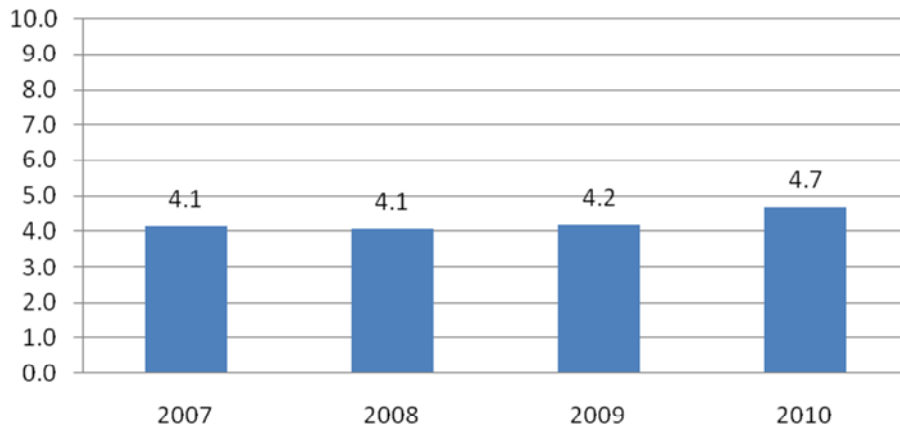
PERFIL DO BRASIL

O Brasil subiu no índice geral pela primeira vez em quatro anos. Em 2009, o Brasil estava em 68º lugar entre 115 economias, na ranking geral. Em 2010, ele está em 64º lugar entre 125 economias. Em particular, o escore do Ambiente Político Legal (PL) aumentou em 0,2 pontos em 2010. O Controle de Corrupção aumentou em 0,4 pontos. A Independência do Judiciário aumentou em 1,2 pontos.

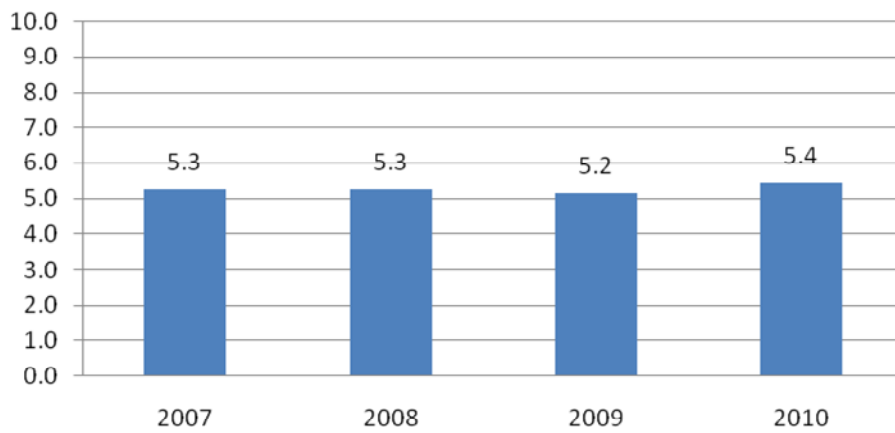
O escore Direitos à Propriedade Material (DPM) aumentou em 2010, de 5,2 (2009) para 5,4 pontos. Este aumento foi estimulado pelo aumento de 0,7 pontos do Acesso ao Crédito. Adicionalmente, o registro de propriedade está um pouco mais fácil devido a algumas melhorias, levando 3 dias a menos em média para comprar terra ou apartamento em uma cidade de porte grande.

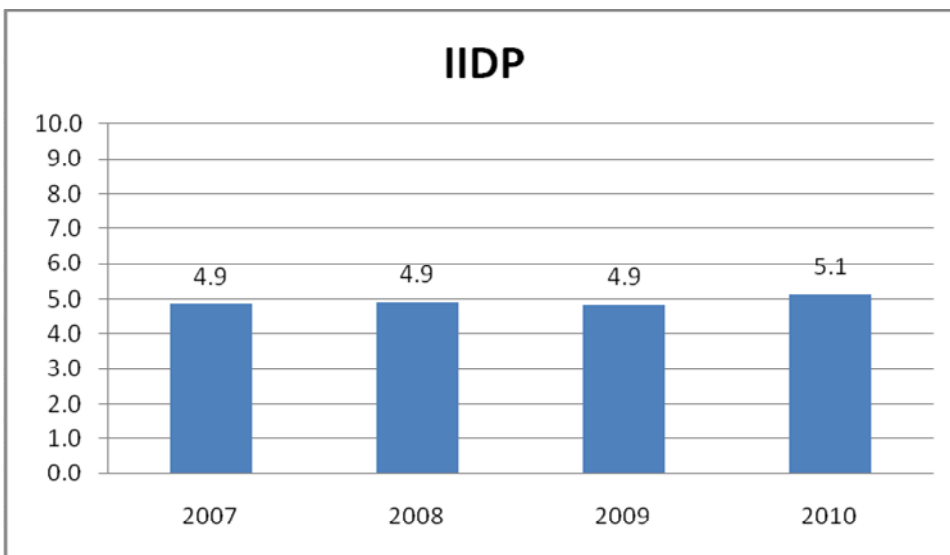
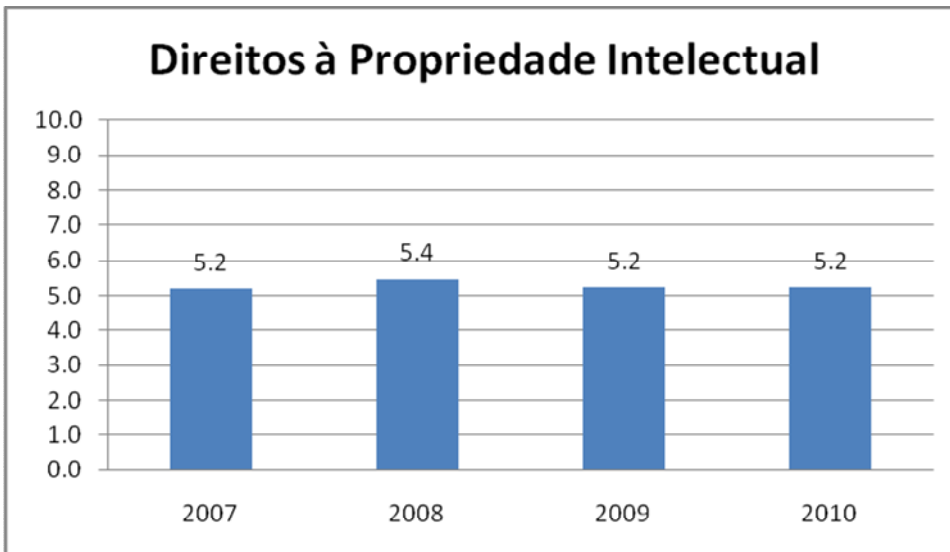
O escore Direitos à Propriedade Intelectual (DPI) não sofreu mudança de um ano para outro, e portanto não obteve melhora, mas mesmo assim, o Brasil ainda conseguiu manter o escore DPI acima da média dos países Latino Americanos e do Caribe.

Ambiente Político Legal



Direitos à Propriedade Material





Análise de Regressão

O PIB per capita é uma medida básica usada para acessar o bem-estar econômico e vamos ver como o índice se relaciona via análise de regressão.

Ao estimar a relação entre o índice e o PIB per capita via esta análise, encontramos um relacionamento estatístico positivo. Especificamente, um ponto de aumento no escore do IIDP prognostica um

aumento de US\$ 7.694 no PIB per capita ($R\text{-squared}=0.67$). Em outras palavras, o escore do índice é altamente correlacionando com o nível de desenvolvimento econômico medido como PIB per capita. Na verdade, o coeficiente de correlação entre estas duas variáveis é de 0,82, o que sugere uma forte associação. Da mesma forma, as categorias do IIDP são altamente correlacionadas com o PIB per capita. Os resultados mostram que para o Ambiente Político Legal o coeficiente é também 0,82 enquanto que o coeficiente para Direitos à Propriedade Material e Direitos à Propriedade Intelectual é de 0,75.

É importante observar que estas estimativas mostram a correlação e não necessariamente provam causalidade. Uma forma de resolver este problema de simultaneidade é defasar a medida dos direitos de propriedade ao se estimular o seu impacto no resultado da variável econômica. No entanto, com somente 4 anos de dados disponíveis no momento, esta estratégia não é eficaz. É o caso de considerar que as mudanças em instituições normalmente não produzem grandes mudanças nos resultados em período curto de tempo.

Adicionalmente, a natureza dos dados coletados nos permite controlar as características não observadas de tempo invariável em um país. A relação positiva entre os escores do IIDP e o PIB per capita pode controlar tais diferenças específicas de cada país.

Conclusão

A crise global financeira e a recessão que se seguiu nos fornecem uma lição inestimável. Direitos de propriedade claramente delineados é condição *sine qua non* para uma economia desenvolver. Eles também são a chave para uma rápida recuperação. Numa época em que os mercados financeiros ainda estão se recuperando, a economia mundial precisa de uma infusão de bens economicamente viáveis que atualmente não têm representação legal ou são pouco respeitados.

O IIDP 2010 mostra que entre os 125 países incluídos no relatório, os países que estão no topo da classificação continuam a desfrutar um alto PIB per capita do que os países da base do índice. Serve para se reafirmar que os países que possuem fortes sistemas legais e políticos estão melhores posicionados a colher os benefícios dos direitos de propriedade material e intelectual.

O IIDP 2010 mostra que apesar dos tempos econômicos difíceis, os países continuam a melhorar seus sistemas de direitos de propriedade, desta maneira os colocando no caminho do desenvolvimento econômico. No entanto, como alguns países experimentaram reveses, suas perspectivas de recuperação serão provavelmente inibidas.

Enquanto que a evidência apresenta aqui é bem convincente, os autores convidam os leitores a estudar mais profundamente a relação entre direitos de propriedade e os resultados econômicos usando os dados do índice. Com sorte, mais estudos irão desvendar a conexão entre direitos de propriedade assegurados e o bem-estar econômico.

Fontes Estatísticas

Este capítulo apresenta fontes estatísticas que foram usadas na compilação do IIDP e o Quadro de Igualdade de Gênero. Este ano, os autores atualizaram as informações anteriores usando as mesmas fontes de dados. A seguir segue uma breve revisão das informações no índice.

Dados Subjetivos Versus Dados Objetivos

A maioria dos dados incluídos no IIDP provém de pesquisas especializadas. Contudo, alguns fatores também refletem dados quantitativos baseados nas leis e regulamentos do país. Talvez os leitores do índice estejam se perguntando por que o índice mistura dados objetivos e subjetivos.

Primeiramente, os dados objetivos, que refletem a força de um país na proteção dos direitos de propriedade, são praticamente impossíveis de se obter além de um escopo de parâmetros estreitos, por isto existe uma série de alternativas para se depender na coleta de dados subjetivos. Em segundo lugar, ao invés de simplesmente resumir fatos *de jure* sobre a proteção aos direitos de propriedade de um país, o IIDP pretende também capturar resultados reais e a eficácia do sistema vigente de direitos à propriedade. Frequentemente, medições baseadas em percepções contém informações que não aparecem em indicadores objetivos, especialmente nos países em desenvolvimento. Na verdade, a pesquisa inicial do IIDP 2007 se concentrou principalmente nessas medidas e, portanto, integra uma grande quantidade de dados originados da experiência e percepção de especialistas na área. Em pesquisas futuras, os autores continuarão a considerar composições alternativas de dados objetivos e subjetivos.

Fontes de Dados

Fórum Econômico Mundial (FEM) – Índice de Competitividade Global:

O índice de competitividade Global do Fórum Econômico Mundial fornece informações sobre a competitividade econômica de um grande número de países (em 2008-2009 foram 134 países). Os rankings são elaborados combinando-se dados quantitativos disponíveis ao público e resultados da Pesquisa de Opinião Executiva (*Executive Opinion Survey*). Essa última é uma pesquisa abrangente conduzida anualmente pelo Fórum Econômico Mundial juntamente com sua rede de parceria com institutos (institutos de pesquisa de ponta e organizações empresariais) nos países cobertos pelo relatório.

Há quatro variáveis na classificação do IIDP para as quais os dados foram retirados do Índice de Competitividade Global do FEM 2008-2009: “Independência Judicial”, “Proteção dos Direitos à Propriedade Material”, “Proteção dos Direitos à Propriedade Intelectual”, e “Acesso a Empréstimos”. Para obter informações mais detalhadas sobre o Índice de Competitividade Global visite: <http://www.weforum.org/en/initiatives/gcp/Global%20Competitiveness%20Report/index.htm>.

Instituto Banco Mundial (BM) – Indicadores de Desenvolvimento Mundial:

Os indicadores de desenvolvimento mundial compilam estatísticas para fornecer um quadro geral do progresso nos países em desenvolvimento, assim como dos desafios que ainda devem ser enfrentados. O relatório mais recente (2009) contém dados levantados na última década. Esses indicadores resultam de uma intensa colaboração com diversas organizações internacionais, agências governamentais, organizações privadas e organizações não-governamentais. Os indicadores são obtidos em vários níveis, começando pelos censos e pesquisas por amostra de domicílio. As contribuições de Organizações Não Governamentais (ONGs) e do setor privado são também importantes, tanto pela coleta de dados primários, quanto pela organização e publicação dos resultados. As variáveis "estado de direito", "estabilidade política" e "controle da corrupção" são retiradas desta fonte. Para maiores informações, veja: <http://info.worldbank.org/governance/wgi/index.asp>.

Grupo Banco Mundial (GBM) – *Doing Business* (“Fazendo Negócios”):

A fonte da variável “Registro de Propriedade”, incluída no fator de Direitos à Propriedade Material (DPM) do IIDP, é o Relatório do Grupo Banco Mundial *Doing Business* 2009. Os dados do Relatório são coletados anualmente de forma padronizada. Para começar, a equipe projeta a pesquisa, juntamente com seus conselheiros acadêmicos. A pesquisa utiliza um estudo de caso de negócios simples para assegurar a comparabilidade entre países e épocas – utilizando certas generalizações de acordo com a forma legal da empresa, seu tamanho, localização e a natureza das suas operações. As pesquisas são realizadas através de mais de 8.000 especialistas locais, entre advogados, consultores de negócios, contadores, representantes de governo e outros profissionais, cuja rotina consiste na administração e aconselhamento acerca de exigências legais e regulatórias.

A metodologia do *Doing Business* tem cinco limitações que devem ser considerados quando for se interpretar os dados. Primeiro, os dados coletados se referem a negócios na maior cidade empresarial e não é representativo de regulação em outras partes da economia. Segundo, os dados seguidos se concentram em uma forma específica de negócio, geralmente uma empresa de responsabilidade limitada de tamanho específico, e pode não ser representativo na regulação de outros negócios (exemplo: empresas individuais). Terceiro, as transações descritas em cenário padrão se refere a um conjunto específico de problemas e pode não ser representativo de um conjunto completo de encontros empresariais. Quarto, as medidas de tempo envolvem um elemento de juízo dos especialistas que responderam a pesquisa. Finalmente, a metodologia assume que um negócio tem informação completa sobre o que é necessário e não perde tempo em completar procedimentos. Na prática, completar um procedimento pode demandar mais tempo se o negócio não tiver informação suficiente ou for incapaz de continuar prontamente. Por ambos os motivos, o atraso de tempo relatado no *Doing Business 2010* pode ser diferente da lembrança dos empreendedores relatado nas pesquisas do Banco Mundial ou outras pesquisas de percepção. Por causa destas limitações que a variável do Registro de Propriedade subestima a extensão dos procedimentos e o tempo necessário para o registro da propriedade. Para maiores informações sobre a publicação, veja: <http://www.doingbusiness.org/>.

Ginarte-Park (GP) – Índice de Direito de Patentes:

Os dados que refletem a força da proteção dos direitos de patente do IIDP são baseados no Índice Ginarte-Park do ano 2005, que vem a ser o mais recente índice disponível até a data desta publicação. O índice baseia-se em “macro” aspectos jurídicos (não em dados de “micro-níveis”), e incorpora um subconjunto dos aspectos legais vigentes em cada país. A informação utilizada na construção do índice é obtida diretamente a partir das leis nacionais de patente, e compreende cinco categorias: a

extensão da cobertura, participação em acordos internacionais de patentes, provisões para perda de proteção, mecanismos de aplicação das leis, e a duração da proteção da patente. Os dados mais recentes foram obtidos diretamente dos autores mas uma discussão mais profunda do índice, sua metodologia e dados mais antigos devem se referir ao ensaio: Juan Carlos Ginarte and Walter Park, “Determinants of Patent Rights: A Cross-National Study,” *Research Policy*, Vol. 26, No. 3, October 1997, pp. 283-301. Os dados encontram-se disponíveis em <http://www1.american.edu/cas/econ/faculty/park.htm>.

O índice original classifica 124 países em 2005. Os escores de dois países foram adicionados de acordo com a metodologia Ginarte & Park (1997). O escore Moldova foi calculado baseado nos resultados da pesquisa de 5 advogados da área de patentes assim como a revisão do autor dos direitos de patentes com a ajuda do assistente Dr. Walter Park, American University. Similarmente, o escore da República do Quirguistão foi calculado baseado na revisão de leis pelo autor e com a assistência do Dr. Park. Os escores foram construídos em 2005 a título de comparação com os escores de proteção de patentes do resto dos países.

Aliança Internacional em Propriedade Intelectual – Relatório Especial 301:

Os dados utilizados para a construção do fator “Pirataria de Direitos Autorais”, deriva da lista de inspeção 301 do U.S. Trade Representative (USTR), que é publicada anualmente, em detalhes, na página da Aliança Internacional de Propriedade Intelectual (IIPA). Os dados utilizados pelo IIDP refletem o nível de pirataria em softwares de negócios, softwares de entretenimento, filmes, e nas indústrias fonográfica e musical. As instituições representantes de indústrias individuais utilizam diferentes métodos para estimar seus dados. É sensato presumir que os níveis de pirataria denunciados são, de fato, subestimados, uma vez que capturam apenas a pirataria nas indústrias cujos direitos autorais estão registrados nos EUA. Para maiores informações veja http://www.iipa.com/2009_SPEC301_TOC.htm.

Os dados sobre pirataria de software do Relatório Especial 301 em 2009 é complementado com os dados do estudo *Sixth Annual BSA and IDC Global Software Piracy Study* (2008), disponível em <http://global.bsa.org/globalpiracy2008/index.html>.

Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCED) – Banco de Dados de Gênero, Instituições e Desenvolvimento (GID):

O Banco de Dados de Gênero, Instituições e Desenvolvimento da OCED é a única fonte de dados utilizadas na construção do IIDP ampliado, que incorpora aspectos de igualdade de gêneros (IG). O GID é uma ferramenta que permite a pesquisadores e formuladores de políticas determinarem e analisarem obstáculos para o desenvolvimento econômico das mulheres. O GID compreende um total de 124 países, e é composto por 60 indicadores de discriminação de gênero. As oito variáveis do GID, incorporadas à medição de “Igualdade de Gêneros” deste estudo estão relacionadas aos direitos de propriedade à mulher, no que diz respeito ao acesso à terra, outros bens materiais, práticas em herança, empréstimos bancários, e direitos sociais. Os dados foram compilados a partir de diversas fontes, tais como BRIDGE, Banco Asiático de Desenvolvimento, Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional, e AFROL. Para obter mais informações sobre estes dados, visite: <http://www.oecd.org/dev/gender/gid>.

O relatório em português será disponibilizado no portal do Instituto Liberdade, seção Direitos de Propriedade, a partir de 15/04/10, no link: <http://www.il-rs.org.br>

O relatório completo em inglês se encontra disponível no website do IIDP: <http://www.internationalpropertyrightsindex.org/>

Referências

Alchian, A. A. (2008). Property rights. *The concise encyclopedia of economics*. Library of Economics and Liberty. Retrieved November 30, 2009 from <http://www.econlib.org/library/Enc/PropertyRights.html>

Baroncelli, E., Krivonos, E. & Olarreaga, M. (2004). Trademark protection or protectionism? Washington, DC: The World Bank. *Policy Research Working Paper Series*, 3214, p. 2.

Besley, T. & Ghatak, M. (2009, April 22). Reforming property rights. VoxEU.org. Retrieved from <http://www.voxeu.org/index.php?q=node/3484>

Boudreaux, K. (2008, April 14). Empowering the poor through property rights. Mercatus Center. Retrieved from <http://mercatus.org/publication/empowering-poor-through-property-rights-making-law-work-everyone-volume-ii>

Branstetter, L. & Saggi, K. (2009, October). Intellectual property rights, foreign direct investment, and industrial development (NBER Working Paper w15393). Cambridge, MA: The National Bureau of Economic Research. Retrieved from <http://www.nber.org/papers/w15393>

Demsetz, H. (1967, May). Toward a theory of property rights. *American Economic Review*, 57, 347-359.

Ginarte, J. C. & Park, W. G. (1997, October). Determinants of patent rights: A cross-national study. *Research Policy*, 26, 283-301.

Saggi, K. (2002, Fall). Trade, foreign direct investment, and international technology transfer: A Survey. *World Bank Research Observer*, 17(2), 191-235.